

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Tamirez Volponi Gouvêa

“Professora, você é (pausa dramática) gay?”:

A importância de professores LGBTQIAPN+ na sala de aula

São Paulo / São Paulo

2024

TAMIREZ VOLPONI GOUVÊA

“PROFESSORA VOCÊ É (PAUSA DRAMÁTICA) GAY?”:

A importância de professores LGBTQIAPN+ na sala de aula

Trabalho de conclusão de curso apresentado
para obtenção do título de Licenciatura em
Arte Teatro na Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Orientadora: Dra. Lúcia Romano

SÃO PAULO

2024

Ficha catalográfica desenvolvida pelo Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Artes da UNESP. Dados fornecidos pelo autor.

G719p Gouvêa, Tamirez Volponi (Tami Gouvêa), 1998-

“Professora, você é (pausa dramática) gay?” : a importância de
professores LGBTQIAPN+ na sala de aula / Tamirez Volponi Gouvêa. --
São Paulo, 2024.

59 f. : il. color. + anexos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Romano.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Arte-Teatro) –
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes.

1. Pessoas LGBT. 2. Corpo humano na educação. 3. Identidade de
gênero na educação. 4. Ambiente de sala de aula - Brasil. 5. Educação -
História - Brasil. I. Romano, Lúcia Regina Vieira (Lúcia Romano). II.
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. III. Título.

CDD 370.81

Bibliotecária responsável: Catharina Silva Gois - CRB/8 11323

TAMIREZ VOLPONI GOUVÊA

“PROFESSORA, VOCÊ É (PAUSA DRAMÁTICA) GAY?” A importância de professores LGBTQIAPN+ na sala de aula

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Artes, São Paulo para obtenção do título de Licenciada em Arte-Teatro.

Data da defesa: 22/11/2024

Banca Examinadora:

 Documento assinado digitalmente
LUCIA REGINA VIEIRA ROMANO
Data: 19/12/2024 15:23:13 -0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra Lucia Regina Vieira Romano
UNESP - Instituto de Artes - Campus São Paulo

Denise Pereira Rachel

Profa. Dra Denise Pereira Rachel

Agradecimentos

Queria começar agradecendo a mim mesma. Minha palhaça não perdoaria não começar com uma piadinha, mas eu realmente gostaria de me agradecer. Agradeço por segurar firme, não desistir e estar ao meu lado quando as coisas caíram.

Agradeço também, Teodoro, meu gato, que sempre esteve ao meu lado enquanto escrevia ou pesquisava. Às vezes, estava no colo... Em outras em cima do computador.

Vou para o clichê e agradecer meus pais: Abel de Gouvêa e Helma Rajane Volponi Gouvêa, ambos não tiveram a oportunidade de fazer ensino superior, mas sempre fizeram de tudo para que eu e minha irmã tivéssemos a melhor educação possível e que fizéssemos um curso no ensino superior. Muito obrigada por acreditarem em um futuro universitário para nós.

Minha tia e madrinha dupla, Maria Fernanda Gouveia da Silva, sim, o Gouveia dela é diferente, o escrivão errou no nome do meu pai e por isso somos “Gouvêa”. Tia, a primeira da família a conquistar formação universitária: ela graduou, mestrou e doutorou. Sempre foi um exemplo para mim; tia, um dia ainda chego no doutorado como você. E não posso esquecer toda ajuda que deu em minha vida para chegar onde estou; sou muito grata por você ser minha tia.

Agradeço minha irmã também: Hariane Volponi Gouvêa, ou Nani. Ela não ajudou com o TCC, mas acho injusto deixar ela de fora dos agradecimentos.

Meu avô, João Ernesto, não pode ficar de fora. Vô, eu gostaria muito que estivesse aqui para me ver conquistando esse diploma, mas sei que onde quer que esteja, está muito feliz me vendo me formar. Eu não chegaria até aqui sem seus esforços e investimentos.

Vou agradecer agora minha segunda família, as pessoas que escolhi para fazerem parte da minha vida. Acho que o justo é agradecer, primeiramente, Gabriel Pequeno e Cristina Merini: obrigada por dividir o aluguel comigo. Além disso, obrigada pelas risadas na cozinha em horário de almoço; obrigada pelos acolhimentos, abraços, jantares e por estarem aqui, dividindo a vida comigo; amo vocês.

Cathy Blanco, obrigada pela parceria, pelas risadas, pelas viagens e passeios. Obrigada por tudo que vivemos e espero que tenha uma linda vida! Gratidão pelo pedaço de história que construímos juntas.

Já que citei Cathy, agradeço também sua mãe, Michele Frassetto, por se animar com meu tema e mandar artigos sobre a história da educação, que ajudaram muito. Quero agradecer também o acolhimento que me deu em diversos momentos, muito obrigada!

Preciso deixar aqui todo meu amor e carinho à Mayara Farias e Isabela Lacerda. May, nossa amizade já teve muitos desencontros, mas fico feliz de termos refeito as rotas e nos reencontrado mais uma vez. Fico muito feliz por ter você em minha vida; obrigada por me ouvir, acolher, pelas macumbas e por trazer essa coisinha linda ao mundo, a qual carinhosamente chamo de sobrinho.

Isa, entramos na Unesp juntas, e isso se deu, muito, pelo fato de termos unido forças para estudar toda a literatura recomendada. Obrigada pelos encontros de braços abertos no saguão do IA. Lágrimas já foram deixadas em seus ombros, mas me fizeram sentir muito acolhida.

Agradeço à Casa 11 e à minha turma de palhaçaria. Foi muito bom ter vocês em 2023; são uma família que a palhaçaria me deu. Obrigada Pedro, Joana, Victor, Ricardo, Solange e Paulo.

Tamara Borges, gratidão por essa amizade que aconteceu esse ano e que sem ela, eu talvez não estaria empregada!

Creio que esses agradecimentos já estão bem longos, então coloco breves agradecimentos às outras pessoas, que não podem ficar de fora, e que de forma direta ou indireta foram importantes para minha formação.

Da Unesp: Luna Marcelino, Kelmy Basílio, Beatriz Terra, Clara Ellis, Ana C e pessoal do cocôletivo.

Da vida: Jéssica e Lucas, Natália Borges, por todo acolhimento e amizade. Por se fazerem presentes em tantas memórias e momentos da minha vida.

Pessoal da CET, aqueles que lecionei e todos que amei ou ainda amo, mas não tiveram menções.

Finalizo por fim, agradecendo a cada um dos mestres e mestras que passaram por minha formação. Obrigada pelas trocas, ensinamentos e por levantarem as semanas de cênicas comigo. Agradecendo em especial, Lúcia Romano, por embarcar no meu tema e me orientar nessa jornada.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo estudar a presença de corpos dissidentes, LGBTQIAPN+ na sala de aula formal, procurando destacar a importância dessas pessoas dentro da educação formal. Dividido em três partes, o texto discute, na primeira parte, a história da educação e como os corpos dissidentes têm vivenciado o espaço educacional ao longo dos séculos no Brasil. Continua, na segunda parte, tratando da pesquisa de campo na Escola Estadual Jorge Rahme, uma escola pública situada em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Por fim, numa terceira parte, estão compartilhadas percepções inspiradas na escrita autoetnográfica, trazendo a perspectiva das vivências da educadora, quando passa a integrar a comunidade de aprendizagem como professora.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; educação; educação formal; corpos dissidentes.

Abstract

The objective of this essay is to study the presence of dissident bodies in the formal education classroom, trying to highlight the importance of these people in the formal education. The essay, which is divided in three parts, discusses in the first part the Brazilian history of education and how dissident bodies have been experiencing the educational territory through the centuries. In the second part, working the field research in Jorge Rahme school in São Bernardo do Campo, in São Paulo. Ending, on a third part, which brings the perception and experiences of the researcher as LGBTQIAPN+ teacher, herself.

keywords: LGBTQIAPN+; education; formal education; dissident bodies.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	11
2 Contextualizando ensino, gênero e sexualidade.....	13
2.1 Um pouco de história.....	13
2.2 A pessoa LGBTQIAPN+ na escola.....	17
3 A pesquisa de campo.....	23
3.1 Metodologia.....	23
3.2 A escola	25
3.3 As entrevistas	28
3.4 Auto-etnografia: Eu na escola	31
4 Conclusão.....	37
Referências.....	40
APÊNDICE A- Entrevistas.....	46
ANEXO A- Autorização uso de nome da escola.....	60

1 Introdução

A escola nem sempre é um espaço muito receptivo a todas as pessoas. Alguns passam pela escola e sentem como se tivesse sido a pior experiência de suas vidas. E isso, em alguns casos, se dá por não se encaixarem em padrões de heterossexualidade e cisgeneridade.

Apesar de ter sido uma criança que amava ir para escola, estudar e aprender coisas novas, eu também não me encaixava nesses “padrões”. Por isso, tive que passar, ao crescer, por várias situações constrangedoras, piadinhas e comentários, que fizeram a experiência escolar mais triste e até mesmo, assustadora.

Ao crescer, decidi voltar à escola, dessa vez, como educadora, ainda não me encaixando nos padrões. Ocupando esse papel e sendo assumidamente uma pessoa bissexual, pude perceber que muitos estudantes se sentiam à vontade para falar de sua sexualidade e gênero comigo.

Observei que essa intimidade, contudo, não se aplicava aos demais professores e professoras, o que fez surgir o questionamento que levanta esse TCC: “O quão importante é ter professores LGBTQIAPN+ na sala de aula?” Não me recordo de ter professores assumidos em minha época de criança ou jovem, e confesso que busco encontrar isso na geração atual, onde educadores e educadoras, supostamente, já podem se assumir como são no ambiente escolar.

Este trabalho busca responder a essa pergunta por dois meios. O primeiro, é um levantamento histórico e bibliográfico, traçando entendimentos sobre como a escola pode ter sido responsável por fomentar não só a segregação de minorias, como também a manutenção dos padrões repressivos impostos pela sociedade. De variadas opressões, foco naquelas que nascem da vivência LGBTQIAPN+ nesse espaço.

O segundo método para a discutir o que está proposto aqui é uma pesquisa de campo, na Escola Estadual Jorge Rahme, na Grande São Paulo, para coletar dados mais recentes sobre a vida de estudantes e docentes pertencentes ao grupo de ensino médio em 2024. Será que, atualmente, o espaço escolar poderia não só ser mais acolhedor a essa minoria, como também tornar-se um refúgio para aqueles

e aquelas que dissidem da norma, necessitando de mais acolhimento para serem quem são? Isso é o que pretendemos descobrir juntos, ao longo deste trabalho.

A dissertação é dividida da seguinte forma: Na primeira parte, será apresentada a história da educação e identificados como corpos dissidentes têm vivenciado o espaço educacional ao longo dos séculos no Brasil. E na segunda parte, volto o olhar para o cotidiano escolar da Escola Estadual Jorge Rahme, uma escola pública, situada em São Bernardo do Campo. Compartilhando, também, percepções pessoais, inspirando-me na escrita autoetnográfica, que coloca em perspectiva as vivências de uma educadora LGBTQIAPN+ integrada à comunidade de aprendizagem no ensino formal.

Com este escrito, espero compreender melhor não apenas a relação entre sexualidade, gênero e ensino, como tomar parte mais intensa na luta para tornar os espaço escolares mais e mais acolhedores a toda diversidade.

2 Contextualizando ensino, gênero e sexualidade

“Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.” (BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827)

2.1 Um pouco de história

O excerto acima refere-se ao Artigo 12 da Lei de 15 de Outubro de 1827, em que D. Pedro I, Imperador do Brasil, ordenava a criação de escolas em nas cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Nota-se que o papel profissional dos educadores, em sala de aula, variava de acordo com os papéis sociais de gênero: as brasileiras, nos termos da Lei Geral, seriam dedicadas ao ensino de prendas domésticas e das quatro operações, cabendo aos homens a geometria e o aprofundamento das noções de aritmética.

A divisão por gênero cabia não só aos educadores e educadoras, mas também às alunas e alunos. Em escolas para meninas, o ensino restringia-se ao cultivo dos atributos considerados úteis à participação delas no mundo social, onde não era aconselhável o domínio de outros saberes para além dos rudimentos de leitura escrita e operações aritméticas básicas. A finalidade principal do aprendizado era a administração do lar e os cuidados com esposo, filhos e filhas. Vale lembrar que essa lei, de 15 de outubro de 1827, em momento algum cita o acesso à educação das pessoas negras, ou das demais camadas marginalizadas da população. Entre as pessoas citadas no artigo da Lei Geral, não estão incluídos os e as escravizados¹.

Apenas na Constituição Brasileira de 1934, promulgada em 16 de julho pela Assembleia Nacional Constituinte, na Segunda República, é assegurado o direito à educação para todos, como prevê o Artigo 149:

¹ No período imperial, os negros libertos adquiriram direito à educação, mas eram colocados muitos empecilhos para seu egresso. Só com movimentações políticas, na década de 1960, que eles realmente puderam gozar desse direito. (COSTA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020).

Art. 149. A educação é o direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcionar-a a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes factores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL. Constituição 1934.)

Apesar da Lei colocar que a educação era um direito de todos, o Estado só previu educação pública e gratuita obrigatória, na educação primária, na constituição de 1934. Finalizando o ensino primário, era uma escolha seguir estudando, para obter uma formação voltada à profissionalização, fosse de caráter técnico (na época, chamado de Ensino Industrial) ou superior. Mas, como essa continuidade não era obrigatória para as pessoas (e, portanto, deixava de ser uma obrigação do próprio Estado brasileiro), várias camadas da sociedade acabavam excluídas, sem acessar uma melhor qualificação para o trabalho, ou mesmo ao exercício da cidadania.

Na Lei de nº 378, de 1937, que normatiza a criação do Ministério da Educação e Saúde (derivado do antigo Ministério da Educação e Saúde Pública) e determina sua organização e competências, ficam caracterizados os tipos de ensino, conforme o Artigo 11:

Art. 11. Pela Divisão de Ensino Primário, Divisão de Ensino Industrial, Divisão de Ensino Commercial, Divisão de Ensino Doméstico, Divisão de Ensino Secundário e Divisão de Ensino Superior correrá respectivamente, a administração das actividades relativas ao ensino primário, ao ensino industrial, ao ensino comercial, ao ensino doméstico, ao ensino secundário e ao ensino superior. (BRASIL. Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937.)

Institui-se nesta divisão administrativa de órgãos e funções, dentro do projeto de Educação Nacional, a criação de uma seção de leitura em Braile, fornecida na Biblioteca Nacional e voltada para aqueles e aquelas que tinham “competência” para fazer a leitura; além da criação de espaços educacionais para “surdos-mudos”. Defende-se, ainda que vagamente, uma política pública mais atenta à diversidade de pessoas, assim como a criação de espaços para pesquisas na área da pedagogia, como é o caso da inauguração de um Instituto Nacional de Pedagogia, previsto no Artigo 39 da mesma legislação. Contudo, a lei não implementa o acesso ao ensino desse instrumento, fazendo com que a criação de espaços de leitura em Braile soe como uma falsa inclusão, uma vez que se institucionalizou a segregação de algumas pessoas das demais.

Getúlio Vargas promulga, em 1942, nova reforma no sistema educacional brasileiro, chamada de Reforma Capanema, que veio a organizar o ensino secundário, segundo a visão nacionalista, classista e sexista do Estado Novo (MENEZES, 2011, s.n.). É sancionada a lei Nº4244, também chamada de “Lei Orgânica do Secundário”, que normatizava a ideologia do trabalho a serviço da pátria e segundo os lugares sociais distintos de homens e mulheres, assim como das elites e das classes trabalhadoras. Pode-se dizer que, para garantir essas posições, o Estado brasileiro amplia sua influência na educação, não apenas democratizando seu acesso, mas norteando mais rigidamente a finalidade da formação, segundo a ideologia disciplinar e patriótica que difundia.

Refletindo a visão conservadora da reforma de 1942, está na Lei Nº4244 um inciso específico sobre a educação feminina, onde se explicita a preferência pela instalação de escolas voltadas exclusivamente para elas, ou salas femininas². Ao lado disso, a Lei normatiza a disciplina “Economia Doméstica”, a partir do 3º ano do curso ginasial, cujo enfoque era criar uma orientação pedagógica, entendida como um compromisso público (BELEZA, 1955), para tratar a natureza feminina e direcionar sua missão na sociedade, a gestão do lar. Na lógica do Estado Novo, a família espelhava a nação brasileira, sedimentando a divisão social do trabalho e as diferenças na escolarização de homens e mulheres que a Lei organizou.

É possível perceber até aqui a diferenciação de corpos no sistema educacional, numa lógica que só iniciou a transformar-se no século XIX, em que a demanda crescente de mão de obra determinou a ampliação da “vocação feminina”, para completar postos de trabalho que os homens passaram a negligenciar. Na educação, isso significou a criação de cursos de magistério para moças, e as mulheres passaram a ocupar também os espaços na sala de aula e, posteriormente, na direção das escolas (GONÇALVES, 2020). Entretanto, segundo o Estatuto da Instrução Pública, em meados de 1910, era exigido delas o celibato, enquanto para os homens inexistiam restrições que condicionassem sua presença nas instituições de ensino como mestres ou corpo diretivo.

² Apesar de existirem desde 1870 escolas mistas (como presbiterianas e metodistas), as escolas mistas não eram defendidas pelas famílias da elite, que não queriam matricular seus filhos nela. A ampliação de escolas mistas foi um embate político forte na época. (HAHNER, 2010)

Após a Segunda Guerra Mundial, quando as mulheres foram requeridas a ocupar outros postos de trabalho, a legislação já previa educação obrigatória para todos (MELO et al, 2012). Não seria errado afirmar que essa mudança se fez notar mais amplamente nos anos 1960, na esteira dos movimentos globais pelos direitos civis e de libertação das mulheres contra a opressão do patriarcado, em que elas mesmas se organizaram politicamente, para requerer essas e outras pautas. Dessa maneira, entendemos a diferenciação segundo o binarismo heterossexual destacada até aqui como um projeto civilizatório (GONÇALVES, 2020), que - vale dizer - segrega grupos minoritários, impõe papéis de gênero (associados à sexualidade, classe e raça) e dificulta o acesso amplo ao ensino superior, nutrindo a ideia da universidade como um espaço exclusivo e para poucos.

Algumas outras etapas foram importantes nesse percurso, que deixa marcas até hoje. Em 1955, para ampliar as propostas de democratização e de homogeneização do acesso ao ensino no território federativo, foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, mais adiante, em 1967, a Fundação Nacional de Material Escolar (Fename). Nos programas, visava-se distribuir merenda de melhor qualidade e de livros didáticos mais acessíveis. Apenas em 2001, com o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação, o Bolsa-Escola Federal, percebe-se uma ajuda financeira mais eficiente no objetivo de manter crianças na escola. Uma vez que para receber esse apoio financeiro, as mesmas deveriam ter frequência igual ou superior a oitenta por cento, como indica o artigo II da lei que institui o projeto (Lei Nº 10.219, de 11 de abril de 2001)

Outro marco de conquista foi a Lei de Cotas (Lei Nº12711 de 2012), que assegurou a reserva de vagas em universidades públicas, para dois tipos de cotas: Sociais e Raciais. Essas cotas estão voltadas para pessoas de renda baixa e/ou que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, e para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas. Essa lei acabou dando a oportunidade aos corpos que, por conta de uma história de exclusão, não tinham acesso ao Ensino Superior.

Todas essas conquistas das minorias na educação são de extrema importância. Entretanto, esta pesquisa ainda não encontrou leis ou políticas

públicas para a inclusão de corpos LGBTQIAPN+³ e para evitar a evasão dessas pessoas da escola. Então, o que esse espaço representa para essa parcela da população?

2.2 A pessoa LGBTQIAPN+ na escola

“As pessoas LGBTs elas não podem, simplesmente ir para uma escola qualquer, que nem muitas outras podem fazer, elas tem que se preocupar com um lugar que vai aceitar elas por quem elas são e um lugar onde elas vão se sentir seguras”

(Luan, documentário “Se essa escola fosse minha”, 2017)

Como foi possível ver, na contextualização histórica, a escola tem sido um instrumento de perpetuação dos papéis de gênero e sexualidade, reforçando os padrões normativos socialmente aceitos, em que todos e todas, supostamente, devem se encaixar.

O ambiente escolar, como menciona Luan no documentário *Se essa rua fosse minha* (2017), afeta a vida das pessoas que ousam ser diferentes e que, com a sua presença ou discurso, questionam a norma. Rogério Diniz Junqueira (2004) comenta essa realidade, discutindo a escola como espaço de reprodução da heteronormatividade. Para Junqueira, a escola não só transmite ou constrói conhecimentos, mas o faz com forte caráter ideologizante, ou seja, reproduzindo padrões dominantes e garantindo que sejam perpetuados.

Em seu artigo, Junqueira (2004) localiza um crescente alarmismo, que tenta impedir o avanço de políticas públicas que garantem direitos às minorias de gênero ou sexualidade, visando manter as ideias de família heterocentrada e de heterossexualidade compulsória. Comenta, par e passo com a escola, sobre como outra instituição social normatizadora, as Igrejas, é responsável pela demonização das conquistas de minorias sociais (mulheres e LGBTQIAPN+s, entre outros), tendo

³“LGBTfobia é uma das fortes causas da evasão escolar”. (CASTRO, 2017)

- inclusive - apoiado “pesquisas” que fomentam esse tipo de resistência às transformações evidentes no campo social. Parte desse projeto busca levar às instituições sociais (escolas e governos, entre outros) as ideias tradicionais. O movimento tradicionalista, que se constrói com o apoio das religiões cristãs mais conservadoras, quer manter tanto a escola quanto as demais esferas distantes do que esse grupo cunhou como “ideologias de gênero e sexualidade”.

O conceito de “ideologia de gênero e sexualidade” é uma distorção da ideia dos papéis sociais de gênero, e tem sido disseminado por fundamentalistas religiosos, que proclamam a existência de uma “agenda” política, pensada e praticada pelas esquerdas, que visa destruir a família tradicional e incutir ideias “sexuais” e “de gênero” nas crianças. Na história recente do Brasil, esse grupo divulgou as chamadas “mamadeiras de piroca” e o “kit gay”⁴, *fake news* criadas e disseminadas por grupos políticos de direita, atuando em oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT). Esse grupo político acusou falsamente o governo de esquerda de haver entregue esses materiais nas escolas públicas para destruir a infância e corromper os valores cristãos de crianças e adolescentes.

A noção de ideologia de gênero, entretanto, já é uma distorção das ideias e movimentos que discutem os papéis sociais de gênero, ou as políticas de identidade. Criado no bojo dos movimentos feministas, gênero não é uma ideologia, no sentido de uma programática que visa incutir valores sobre o lugar das pessoas na sociedade, ou de como elas devem se comportar. Contrariamente, gênero é um termo que demonstra as expectativas sociais projetadas sobre as pessoas a partir de seu sexo de nascimento, e que denuncia as desigualdades na forma como os direitos e deveres são distribuídos na sociedade, segundo o lugar construído culturalmente para homens e mulheres.

Gênero, então, não é uma ideologia em si, mas um estudo cuidadosos da situação histórica de subjugação das mulheres pelo patriarcado, este sim, uma ideologia que se acoberta como tal, a fim de garantir a continuidade dos privilégios dos homens em diferentes campos, desde o espaço de criação de leis, até o mercado de trabalho e a intimidade das famílias. Gênero, diz Joan Scott (1990), foi um conceito

⁴“Kit Gay” foi uma notícia falsa que foi espalhada no país, onde dizia que o governo Dilma estava distribuindo um kit que tinham objetos como uma “mamadeira de piroca”, que foi apelidado “kit gay”..(QUEIROGA, 2021)

criado para inscrever as mulheres na história, quer dizer, de mostrar como era a vida delas num sistema social em que eram oprimidas, com argumentos baseados no determinismo biológico.

Ele surge, então, como uma oposição à noção de sexo "natural", para promover um entendimento que mesmo o sexo já seria uma construção social. Assim, é possível discutir como algumas normas podem ser mudadas no tempo histórico, rompendo a continuidade das opressões que pesam sobre a categoria "feminilidade", outra noção relacional, que simboliza a restrição do espaço e das possibilidades daquelas pessoas identificadas pelo sexo feminino. A autora resume, ainda, como gênero diz respeito a uma dupla binária, homem-mulher, e que as mudanças devem acontecer na maneira como os dois papéis sociais são impostos e sustentam as iniquidades. Ela escreve: "Segundo esta opinião [a do gênero], as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado." (SCOTT, 1990, p. 3).

As pensadoras e ativistas feministas, desde então, falam de "questões de gênero", numa dimensão produtiva, que busca estabelecer parâmetros analíticos seguros e tornar as discussões fundamentadas na realidade histórica e social. Já a ideia de "ideologia de gênero" tem um sentido de derrisão, ironizando, ofendendo e combatendo qualquer discussão que busque evidenciar realidades e, assim, agir para transformá-las. Segundo Pâmela Morais:

Acredita-se que o termo **"ideologia de gênero"** apareceu pela primeira vez em 1998, em uma nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru intitulada "Ideologia de gênero: seus perigos e alcances". O evento nacional que reúne bispos de todo o país é uma tradição da Igreja Católica no mundo inteiro. (MORAIS, 2018, n.p.)

Interessante que para os tradicionalistas, a escola é o espaço de disputa. Conscientemente, é nas mudanças lentas nesse espaço que querem interferir, promovendo um retrocesso. Assim, direcionam suas críticas à inserção das discussões sobre os papéis sociais de gênero e sobre sexualidade no espaço formativo, como se essas discussões tivessem más intenções. Proclamam que esses conteúdos promovem uma "baderna" nos valores aceitos, porque dizem que homens podem virar mulheres e vice-versa (aqui, mais uma confusão conceitual entra em pauta, a da cisgeneridade). Entretanto, podemos argumentar que esses

debates não podem ser deixados de lado, uma vez que a vida escolar é parte significativa da vida das crianças e adolescentes, que precisam ter instrumentos para conhecer suas experiências humanas e as imposições da sociedade que recaem sobre todos e todas.

Guacira Lopes Louro (2000), estudiosa da educação, aponta esse papel dúbio da instituição escolar: ela deveria ensinar a olhar criticamente a realidade, mas ao mesmo tempo incentiva a sexualidade “normal”, enquanto tem que privar a sexualidade jovem. Como espaço normatizador, conduz estudantes para o esperado, qual seja, que desenvolvam a heterossexualidade e promovam a cisgeneridade, para que - depois que forem adultos e já fora do período escolar - mantenham a família e a pureza das crianças e jovens. Para sustentar sua reflexão, Louro coloca que as crianças desde cedo aprendem a fazer piadas, apelidos e gozações contra aquelas que fogem dos padrões de gênero e sexualidade. Então, a escola é o local onde os preconceitos e as ofensas, muitas vezes, são ensinadas, para que o “outro” acabe sendo excluído e ridicularizado, sem entender o porquê. A escola forma pessoas que passam a agir como se a homossexualidade fosse uma doença contagiosa.

A escola tem, então o papel de separar e mostrar o que é “normal” e esperado de um homem ou uma mulher, não só nos aspectos da performatividade dos gêneros (como se vestir, sentar, como pode demonstrar emoções e sentimentos, entre outros, sempre separados pela métrica dada a cada gênero), mas também de sexualidade (com quem se relacionar afetiva e sexualmente e com quem não, segundo o padrão heterossexual). Para ensinar como cada um deve se portar, seguindo as normas dominantes, deve-se colocar a sexualidade como algo “mal”, que só deve ser desenvolvida depois, na vida adulta, e fora das paredes escolares. Numa sociedade que tem a predominância heterossexual como marco de controle e normatividade, Lopes explica, aqueles que “fogem à regra” são tidos como menos humanos, e portanto, merecem sofrer os preconceitos e suas consequências, pois aqueles que oprimem, estão agindo em nome da virtude normativa.

O crescimento da resistência de direita no Brasil dentro das escolas tem alguns eventos históricos importantes. Em 2011, o então governo federal de Dilma Rousseff tentou implementar um material pedagógico voltado para instruir

professores e professoras do Ensino Médio sobre como abordar discussões em torno da diversidade sexual. O projeto, chamado “Brasil sem homofobia” (PASSARINHO, 2011) motivou uma retaliação da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, que acusou o MEC de produzir um material de instrumentalização das crianças, tentando incutir a homossexualidade em suas cabeças.

Diante dos protestos dos evangélicos e cristão fundamentalistas, apoiados pelas redes sociais e pelas mídias de comunicação de massa, o Estado recuou do projeto, que havia sido criado, segundo o pesquisador Isaias Batista de Oliveira Júnior, “[...] por meio de uma articulação bem sucedida entre atores governamentais e não governamentais, que por aproximadamente seis meses se dedicaram a um trabalho intenso, porém, fundamental para a problematização, desestabilização e subversão da LGBTQIAfobia.” (JUNIOR, 2016, p. 321).

Alguns anos depois desse evento, o jornal Diário do Grande ABC repercute, em publicação de 28 de outubro de 2024, manifestações na Câmara dos Vereadores da cidade, em torno de uma palestra sobre diversidade sexual, que acontecera em 25 de outubro na Escola Municipal Alcina Dantas Feijão, para alunos e alunas do Ensino Médio. A tal palestra foi invadida e interrompida pelo vereador Getúlio de Carvalho Filho, que fingiu ser pai de um aluno. Os vereadores contrários à palestra alegaram que uma conversa desse tipo deveria ter sido anunciada aos pais com antecedência. Essa situação, aparentemente localizada, ganhou espaço mais amplo, provocando outros protestos, que geraram o atraso de um ano para a revisão do Plano Municipal de Educação (PME).

A contraposição ao diálogo sobre diversidade sexual, contudo, revela mais uma resposta conservadora às conquistas formais no campo da inclusão e aceitação às diversidades. Uma das habilidades que a Base Comum Curricular Nacional (BNCC) pressupõe desenvolver no Ensino Médio é o combate à intolerância e a promoção aos Direitos Humanos. Nos termos da Lei:

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais. (BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)).

A palestra, então, ao invés de atentar contra direitos ou pessoas, trataria de temáticas previstas nos parâmetros de ensino para alunos e alunas do Ensino Médio. Como indica a BNCC, cabe à escola e à comunidade escolar desnaturalizar e problematizar preconceitos e discriminações. Assim, sendo uma habilidade prevista e indicada pela Base Curricular Nacional, não haveria motivos para a notificação das famílias, como uma atividade que, supostamente, escapasse das ações educacionais correntes.

Não apenas na instância do MEC ou do governo brasileiro, a recomendação é que o ensino da sexualidade esteja presente nas escolas, como uma das ferramentas mais eficazes para garantir a saúde mental e física das crianças e adolescentes e de erradicar toda espécie de exploração e violência contra elas e eles. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (UNESCO, 2023), a escola deve incluir o corpo estudantil e as famílias nas discussões, promovendo um ambiente leve e não-hostil para as ocasiões em que os conteúdos forem trabalhados. Também, deve oferecer materiais pedagógicos e formar professores e professoras para o melhor desempenho dessa tarefa. Autocuidado e respeito, conteúdos que a UNESCO defende como atrelados ao direito à educação sexual na escola, não são assuntos que levam à erotização precoce, ou à divulgação de comportamentos contrários ao bem estar das crianças e adolescentes. Porém, cabe perguntar: será que no contexto escolar atual, a impossibilidade de dialogar sobre sexualidade mudou? Será que pessoas LGBTQIAPN+ são mais respeitadas e encontram mais acolhimento neste espaço, apesar das resistências conservadoras, acirradas desde o governo Bolsonaro?

3 A pesquisa de campo

Trabalhar educação de gênero e sexualidade não é estimular atividade sexual aos estudantes, como defende a Secretaria de Comunicação Social (2024). É na verdade, uma forma de trabalhar a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), gravidez e abusos sexuais.

O número de ISTs em adolescentes, cresce vertiginosamente, pela falta de informações de como se proteger, como mostra o texto citado no parágrafo anterior. Se a escola não abre espaço para discutir sexualidade e gênero em sua pluralidade, esses jovens, estão fadados ao desconhecimento e riscos advindos dele.

Essa presente pesquisa busca, então, compreender, qual o espaço na escola, para se ensinar e discutir, gênero e sexualidade.

3.1 Metodologia

Para observar e analisar o contexto escolar, escolhemos realizar um estudo de campo, organizando uma pesquisa em duas etapas. A primeira delas, em linhas gerais, envolveu a ida à Escola Estadual Jorge Rahme, para conhecer o espaço, seu funcionamento no dia a dia, sua arquitetura e outros elementos do contexto. Seria possível discutir se um prédio pode ser incluyente ou excluyente em termos de gênero e sexualidade? Quais seriam os sinais materiais dos valores simbólicos praticados na instituição escolar? Essas foram algumas das perguntas que me levaram a visitar a escola, pensando em conhecer melhor suas características físicas e alguns dos valores ali apresentados.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas qualitativas, a partir da organização de um questionário sucinto, que permitisse o aprofundamento em temas que entendi como pertinentes, a partir da leitura de bibliografias e da experiência direta junto à escola. Para recortar melhor algumas das múltiplas possibilidades nessa ampla discussão, foi escolhido direcionar as questões para a atuação de professores e professoras, a fim de pensar a docência e seu papel na criação de um ambiente aberto às discussões de gênero e sexualidade. Também, foi

decidido que o foco desta enquete seria projetar como a presença da diversidade no corpo docente pode alterar a relação com os e as estudantes e os direcionamentos do debate sobre sexualidade e gênero nas práticas de ensino/aprendizagem.

Com essas preocupações, separei as perguntas em grupos específicos, segundo as orientações de gênero, sexualidade e cisgeneridade declaradas pelas entrevistadas e pelos entrevistados. Assim, pessoas identificadas como heterossexuais ou cisgêneros receberam uma série de perguntas, ao passo que outra série de perguntas foi designada para pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, como se segue:

Professores/as/ies autodeclarados/as/us Hetero-cis

1. Como é para você conviver com professores/as/ies LGBTQIAPN+?
2. Você acha que existe alguma diferença entre professores/as/ies LGBTQIAPN+ e professores/as/ies Hétero-cis?
3. Houve, em algum momento em sua formação, tanto formal quanto não-formal, estudos sobre gênero e sexualidade? Você se sentiria apto a constituir discussões sobre isso em sala de aula?
4. Qual seria sua resposta ao ver um colega ou aluno/a/ie sofrer LGBTQifobia?

Professores/as/ies autodeclarados/as/us LGBTQIAPN+

1. Você é abertamente assumido/a/e em seu local de trabalho? Como é isso para você?
2. Você acha que sua sexualidade ou gênero teve algum impacto em sua carreira?
3. Já se sentiu ofendida/o/e por algum colega de trabalho? Se sim, como foi que se sucedeu?
4. Qual a recepção que você costuma ter do/as/es alunos/as/es hetero-cis? E dos/as/es que identifica como da comunidade LGBTQIAPN+?
5. Já sofreu alguma hostilização em sala de aula, por parte dos/as/es alunos/as/es?

6. Existe algum espaço de acolhimento em seu trabalho? Tanto para alunos/as/es quanto para você?
7. Você acha que, ao longo dos anos, levando em consideração desde o período em que estava na escola como aluno/a/e, a situação dos LGBTQIAPN+ melhorou, ou piorou?

Embora previamente determinadas, as perguntas poderiam ser modificadas ou adaptadas às necessidades das entrevistas. Após reunir o material, foi necessário transcrever os áudios das entrevistas e submetê-los novamente aos entrevistados e entrevistadas. Então, foi possível analisá-los e buscar algumas conclusões. A atenção à metodologia, que foi inspirada no material produzido pelo MEC, *Manual do Pesquisador: Métodos e Técnicas em Pesquisa Qualitativa* (2023), e em publicação de 2020, de autoria dos pesquisadores e pesquisadoras Laís Helena Dutra, Mariana Cabral Schweitzer e Carlos Roberto de Castro Silva, teve por princípio entender algumas aplicabilidades e limites da pesquisa qualitativa, mas não responder de antemão às perguntas motivadoras desta pesquisa. Assim, me lancei à tentativa de conhecer melhor, ou ainda, de tornar meus questionamentos mais complexos.

3.2 A escola

A ida a campo e as entrevistas foram conduzidas na Escola Estadual Jorge Rahme, localizada no bairro do Taboão, em São Bernardo do Campo. A escola possui 778 alunos matriculados nas séries 1º ao 3º ano do ensino médio, e funciona desde 1973. Meu acesso à escola foi facilitado pela vice-diretora, Cristiane Kelly Fagundes. Ela apresentou os espaços, a escola e os professores da instituição.

Passeando pela escola, anotei alguns elementos do edifício, que identifiquei como padronizações de gênero distribuídas pela espacialidade e pela estrutura. Acompanhando as reflexões do sociólogo francês Pierre Bourdieu (apud CASER, 2016), as relações entre o espaço arquitetônico e as subjetividades podem ser trabalhadas, considerando que os habitus (modelos de comportamento e valores) estão relacionados à forma como é construído o habitat. Assim, a maneira como é

edificada uma escola também está atravessada pela atribuir identidades e estabelecer distinções num determinado território. Nas palavras da pesquisadora Kátia Caser:

Bourdieu afirma que as estruturas mentais/habitus, por ser uma forma de representação e incorporação das estruturas sociais, podem “preencher funções políticas” e se tornar “instrumento de dominação” (Bourdieu e Wacquant 1992:13). Habitus assim o faz por reproduzir a hierarquia do espaço social de acordo com os que o dominam, contribuindo assim para a manutenção da ordem social. (CASER, 2016, p. 13)

A arquitetura, portanto, tem a potência de cristalizar identidades e representações, gerando capital simbólico, ou seja, distribuindo os privilégios entre os sujeitos sociais, de acordo com as estruturas de poder instituídas. Estruturas sociais geram estruturas espaciais, que geram formas de deslocamento, distâncias espaciais e movimentos corporais. Assim, o ambiente construído convoca a certos tipos de relação interpessoal e propaga violências simbólicas.

Figura 1- Localização da escola na cidade de São Bernardo do Campo



Fonte: Google Maps.

A Escola Estadual Jorge Rahme não foge a essa regra, e segue os padrões arquitetônicos de muitas escolas estaduais (SILVA, J; BRASIL, P; ROLA, S, 2023): grades nas janelas; portões altos separando os espaços da escola e estes em

relação à vida da cidade; distinção segura entre os espaços pedagógicos, de convivência, de serviço e administrativos (ordenando os modos de convívio e hierarquizando áreas e espaços de circulação); mobiliário deteriorado e sem "pessoalidade"; e banheiros femininos e masculinos, identificados pelas cores rosa e azul (reafirmando a distância social entre os gêneros e excluindo outras possibilidades, para além do binarismo homem-mulher).

Figura 2- Foto banheiros da escola



Fonte: Registro da autora (2024).

Porém, apesar do binarismo e da heterossexualidade expressos na espacialidade padronizada das escolas, a Escola Estadual Jorge Rahme se empenha em tentar ser mais inclusiva. Recentemente, reformas adequaram o espaço para receber estudantes com necessidades especiais: colocando rampas, banheiros acessíveis e readequação dos espaços. Entretanto, como as diferenças de gênero estão expressas de maneira mais sutil ou, talvez, mais naturalizadas, escapa à percepção da instituição o quanto o edifício escolar homogeneiza espaços e corpos. Ainda que, na convivência diária, sejam perceptíveis os esforços de maior parte dos e das docentes e da direção da Escola Estadual Jorge Rahme em ser inclusiva às chamadas minorias, estamos distantes de uma discussão que considere

o equipamento arquitetônico e o contexto territorial nos processos educacionais, e quanto mais, nas experiências de gênero e sexualidade dos alunos, das alunas e des alunes.

3.3 As entrevistas

Foram entrevistados dois educadores LGBTQIAPN+ e três professoras hétero-cis. Suas identidades estão preservadas nesta análise, sendo identificados por nomes fictícios. Como apontado acima, as perguntas seguiram os dois grupos diferentes.

Início com as respostas das professoras hétero-cis, para observar como docentes que se incluem nas expectativas da heteronormatividade veem a escola. Embora reconheçam a presença da comunidade LGBTQIAPN+, quando questionadas se notavam alguma diferença entre os tratamentos dedicados a elas e a esses "outros" professores, a resposta foi negativa, ao menos onde trabalham. Isso, ao contrário de seus colegas, que tiveram histórias e casos a compartilhar sobre essas distinções.

Outro quesito importante é que, apesar das entrevistadas serem "simpatizantes", foi consenso não se sentirem totalmente aptas a trazer discussões sobre pessoas LGBTQIAPN+, lgbtfobia e afins. Darla disse ter, em sua vida como estudante (da educação básica à faculdade), vivenciado um componente escolar que tematizou "gênero e sexualidade". A mesma comenta não lembrar o nome da matéria, dizia ter "direitos humanos", no nome. Porém, a mesma afirma que a abordagem não foi o suficiente para que, hoje, consiga sustentar alguma abordagem semelhante em suas próprias aulas. A professora acrescentou que muito do conhecimento que ela tem sobre questões dessa ordem não advém de estudos ou teorizações, mas de sua experiência de vida, por meio de amizades com pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+.

Sobre estratégias possíveis para lidar com uma situação de lgbtfobia em sala de aula, foi comum a todos a proposta de diálogo, de se pautar os temas do respeito e do direito a que todas as pessoas sejam tratadas igualmente, independente das diferenças. Caberia questionar se esse discurso - que soa "compreensivo"- não apaga experiências singulares, deixando de lado as violências

que são direcionadas diversamente e incidem de modo singular, segundo as diferentes posições das pessoas no ambiente escolar. As docentes concordaram a respeito da necessidade de sempre levar à direção as questões surgidas em aula, para tomar as medidas cabíveis à situação.

Ao escutar as respostas, questionei comigo mesma se seria preciso que o/a docente pertencesse à comunidade para oferecer, logo de início em suas aulas, o espaço de diálogo sobre assuntos relacionados às políticas de identidade, em especial, quanto ao gênero e à sexualidade. Apenas pessoas LGBTQIAPN+ podem (ou devem) entender essas temáticas e encontrar a melhor forma de lidar com elas no ambiente escolar? Haveria diferenças, além disso, em se tratando de docentes identificados como mulheres, homens, agêneros ou não-binários?

Como foi relatado pela professora de biologia, ela trabalha com o assunto, até por ser parte de sua disciplina de biologia. Contudo, a mesma relata que na faculdade, seu professor foi ensinar sobre transexualidade, o mesmo tratava do assunto como se fosse algo “*anormal*”, e que ela nunca falaria algo sobre isso em aula. E entre, as outras professoras, de artes, era relatado que o tema surgia em aula, em atividades ou trabalhos, mas a maioria delas tinham dificuldades em entrar em tais assuntos, por conta da falta de preparo que tinha desde a universidade. Todas as professoras citadas neste parágrafo, eram mulheres heterossexuais.

Na entrevista com educadores/as LGBTQIAPN+, surgiram outras perspectivas sobre a escola. Ambos os educadores comentaram sobre receberem olhares “estranhos” de outros professores, sobretudo, dos homens cisgênero, e sobre precisarem lidar com comentários homofóbicos em grupos de docentes. Porém, a partir do momento que se assumiram no espaço escolar, ambos perceberem que os e as discentes acabaram encontrando neles figuras de confiança, a quem passaram a recorrer para compartilhar seus anseios e percepções ao se entenderem como pessoas LGBTQIAPN+.

Os dois educadores LGBTQIAPN+ entrevistados relataram que se tornaram, mesmo à revelia, referências de amparo, sendo considerados pessoas que entendem o que estudantes, eventualmente, estejam passando e sentindo a respeito de seu gênero e sexualidade. Isso, embora ambos tenham deixado bem claro que inexiste na instituição um “espaço” específico para esse acolhimento, ou mesmo que

não possuem um conhecimento pleno a respeito do que fazer, quando passam por algumas situações em que são procurados por estudantes com algum tipo de angústia pessoal. Em geral, encaminham as conversas para o esclarecimento que há pessoas específicas a quem devem recorrer, como a direção da escola (nesse caso, uma mulher sáfica)⁵ e a coordenação pedagógica.

Algo animador nas respostas foi a concordância de que o espaço escolar tem melhorado muito nos últimos anos, em relação aos corpos dissidentes. De acordo com os relatos dos entrevistados, há mais alunos se assumindo; andando de mãos dadas na escola e encontrando mais aceitação da comunidade escolar. É possível considerar, contudo, que esta é uma situação privilegiada dessa escola: pesquisa de 2015 da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), realizada em parceria com o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) demonstra que preconceitos de gênero e de orientação sexual lideram as cinco formas de opressão mais presentes nas escolas (JORNAL DO CAMPUS, 2015, n.p.). Segundo a Agência Brasil, em 2024 vivemos como sociedade um retrocesso alarmante, uma vez que as ações de combate ao machismo e à homofobia nas escolas brasileiras, por exemplo, caíram a 25,5% em 2021, contra a existência de 43,7% relatos de ações com esse escopo em 2011. Nas palavras da repórter Mariana Tokarnia:

No Brasil, no entanto, temas como a LGBTfobia tem ganhado cada vez menos espaço nas instituições de ensino. O total de escolas públicas com projetos para combater racismo, machismo e homofobia caiu ao menor patamar em dez anos, segundo levantamento do Todos Pela Educação, divulgado em 2023 (TOKARINA, 2024, n. p.).

Ainda que haja uma abertura dessa instituição ao reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, uma das entrevistadas compartilhou relatos de preconceitos que passou com estudantes. Em seu caso, o preconceito foi explicitado por estudantes meninas do ensino médio que, por ela abertamente não ser hétero, manifestaram o temor de que seriam abordadas ou importunadas pela professora. Ela conta uma história, que uma aluna acreditava que por ela estar sendo divertida e brincando com ela, que a professora estava “dando em cima” dela. Isso gerou um grande desconforto e fofocas entre os estudantes, fazendo com que a docente

⁵ Sáfica é uma denominação utilizada para classificar mulheres que sentem atração por outras mulheres. A palavra refere-se à Safo, que viveu na ilha de Lesbos e escreveu poemas de amor a outras mulheres. (CAPRICHO, 2024)

tivesse que reavaliar sua relação com a aluna. Precisou, por fim, cortar relações e distanciar-se dela. A professora acredita que isso é um consequência “idiota” de ser assumida no ambiente escolar.

Os preconceitos, conforme as entrevistas demonstraram, ainda estão operantes dentro dos muros da escola. Mesmo que a Organização Mundial de Saúde (OMS) tenha excluído o termo “homossexualismo” da lista de distúrbios mentais do Código Internacional de Doenças desde 1990 (TOKARNIA, 2024), a violência contra mulheres, homossexuais e pessoas transvestigêneres no espaço educacional reflete violências que atravessam seus portões. Uma das entrevistadas, a esse respeito, comentou ainda ter medo de andar de mãos dadas com sua esposa nas ruas da cidade. Para ela, só existe alguma segurança para isso em espaços mais plurais, como a Avenida Paulista e a Rua Augusta, que acabam sendo redutos onde LGBTQIAPN+s podem ser e existir.

3.4 Auto-etnografia: Eu na escola

Auto-etnografia é uma escrita que, de acordo com Motta (2015), tenta aproximar o objeto de pesquisa ao/a pesquisador/a, e que também considera sua vivência como forma de construção do estudo. A ideia é poder compartilhar conhecimentos, não alienando aquele/a que escreve do processo e mantendo, assim, a subjetividade de quem pesquisa.⁶

Sou uma mulher cis branca e de classe média. Cresci com alguns privilégios perante colegas das escolas públicas onde estudei, majoritariamente no bairro do Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo e posteriormente, no bairro Jardim São Caetano, em São Caetano do Sul, onde fiz ETEC. É difícil pensar como uma “pessoa padrão” como eu, apesar da garantia de não ser “discriminada” por minha raça ou classe social, poderia me sentir diferente.

Acho que na primeira vez que entendi que não me encaixava nas normas, devia ter uns sete ou oito anos. As crianças da escola viviam fazendo piadas sobre meu jeito de vestir e de me portar; sobre gostar de me envolver mais com as atividades ditas “masculinas”, como os esportes e brincadeiras físicas. Realmente,

⁶ É tomado um cuidado, ao escrever esse trabalho, em não objetificar a autora, e isso é trabalhando a minha experiência com a da coletividade, sem universalizar.

mal entendia os comentários, mas sabia que eles me faziam mais e mais diferente das demais crianças.

Só depois de adulta, minha mãe comentou que as outras mães também faziam comentários dessa natureza sobre mim e que, inclusive, disseram certa vez à ela que, como mãe, deveria prestar mais atenção em meu “jeito masculino” e “ver isso aí”.

Descobri que não era hétero antes de me interessar afetiva ou sexualmente por pessoas. Na primeira vez que realmente me questionei sobre minha sexualidade, eu tinha cerca de doze anos. Lembro de achar as meninas muito bonitas e de olhar para algumas de forma diferente do que olhava para minhas amigas, mas tentava me convencer de que era hétero, namorando um menino. Escondi meus sentimentos e não toquei nesse assunto até o Ensino Médio. Mas, mesmo tentando ser o que não era, mesmo tentando me encaixar nos padrões heteronormativos, ainda ouvia comentários a respeito da minha sexualidade. Como me sentiria à vontade para viver minha verdade, quando o espaço em que passava muitas horas dos meus dias era hostil com outras pessoas, que já tinham assumido ser quem eram?

A primeira vez que me assumi, foi para algumas amigas do Ensino Médio; porém, pedi a elas que não contassem a ninguém. Estudava numa ETEC no ABC Paulista, que tinha por característica formar trabalhadores para as indústrias da região. A arquitetura da escola era voltada para o público masculino; não havia vestiário feminino, entre outras características estruturais que mostravam que aquele era um espaço voltado para os corpos dos homens. Apesar da ETEC ter mudado sua estrutura àquela época, admitindo a entrada de muitas meninas, a mentalidade da instituição continuava sexista.

Também via no cotidiano da ETEC o tratamento que as outras adolescentes recebiam por se assumirem LGBTQIAPN+ e, por isso, não queria “sair”⁷ naquele contexto. Só fui me assumir mesmo depois de adulta. Assumi minha orientação bissexual, minhas roupas “masculinas” e cortei meus cabelos bem curto.

⁷ “Sair do armário” vem do jargão americano de “esconder esqueletos no armário”, que significa esconder algo que causa vergonha. O termo acabou sendo associado ao processo de aceitação das pessoas LGBTQIAPN+. (CÂMARA, 2023)

Assim, vesti-me de mim. De como me sentia "eu".

Quando comecei a entrar na sala de aula, habitando a escola não só como aluna, mas como monitora ou arte-educadora, a questão do "assumir-se" voltou a significar. Aos dezenove anos, entrei no Curso Técnico de Teatro da Fundação das Artes de São Caetano do Sul (FASCS), uma formação de três anos e meio. Como era bolsista, precisava fazer parte de algum núcleo de pesquisa e fazer monitoria nas turmas do Curso Livre, como meio de pagar o apoio financeiro que recebia da escola. Por isso, acabei integrando o Núcleo de Pesquisa em Pedagogia do Teatro, algo quase irônico, pois antes de integrar o corpo discente, já tinha pensado em ser professora. Mas, fui desistindo desse sonho ao longo dos anos.

No núcleo de pedagogia e na monitoria do Curso Livre da Fundação das Artes de São Caetano do Sul (FASCS), reencontrei a paixão pela educação e por educar. Adorava os momentos em que os professores e as professoras deixavam que preparássemos as atividades para alunos e alunas. Entretanto, foi também ali que entendi a existência de uma separação entre categorias de professores/as: o/a hétero/a-cis e o/a LGBTQIAPN+.

Estive na FASCS num período politicamente conturbado, entre 2018 e 2020. Começaram a surgir denúncias nas redes sociais de que estavam “doutrinando” crianças com "ideias da esquerda" nas aulas. Mais tarde, foi comprovado que as acusações haviam sido veiculadas por perfis “fake”, mas isso gerou uma hipervigilância dos pais dos alunos do Curso Livre. As famílias tentavam se certificar de que os professores, professoras, monitores e monitoras não estavam “doutrinando” alunos e alunas, ou trabalhando o tal “kit gay” com eles e elas.

Recordo-me de ouvir em um dos Núcleos de Estudos em Pedagogia, vindo de um professor orientador, um homem gay, que deveríamos tomar cuidado ao manifestar, naquele momento, nossa sexualidade em sala de aula, afinal, os pais estavam “de olho” nessas coisas. Foi nesse momento que aprendi a importância de manter um tipo de atenção em sala, que pouco tinha relação com os conteúdos estudados: independentemente das minhas habilidades como professora, para algumas pessoas, importava mais se em minha vida pessoal - quem eu era e com quem me relacionava - seguia as regras da normatividade.⁸

⁸Judith Butler (apud Santos, 2018) configura que normatividade é tudo aquilo que permeia a

Ainda como estudante na FASCS, comecei a dar aulas extracurriculares⁹ de Teatro em escolas do ABC Paulista. Lembro-me que em mais de uma turma as crianças (meus alunos e alunas tinham entre um e seis anos de idade) chegaram a me perguntar: “Professora, você é menina ou menino?”; questão a que respondia, rindo, “menina”. Diante da leveza da minha resposta, elas voltavam para suas brincadeiras, sem maiores dilemas.

Continuando com esse mesmo trabalho, fui chamada para dar aulas em uma escola católica. É importante ressaltar que, como minha aparência é desfem¹⁰, as pessoas me leem como “sapatão” (o que ocorreria mesmo com uma pessoa que fosse heterossexual). Antes de me mandar para essa escola, meu chefe me chamou no escritório para conversar. Ele falou mais ou menos assim: “- Tamirez, queria te contar uma história. Minha filha é lésbica; se descobriu mais velha. Já foi casada com um homem, mas hoje vive feliz, casada com uma mulher, e eu a apoio. Porém, preciso te avisar (e mesmo que eu não goste de estar nessa posição, e muito menos queira falar sobre isso) que essa escola é católica. Tome cuidado; eles podem te discriminar por sua sexualidade. Não quero dizer que é para fingir ser algo que não é, mas cuidado para não falar sobre isso por lá.”

Nessa conversa de aconselhamento, ele também comentou que já havia tido problemas dessa natureza em outra escola, com outra professora, e não queria que eu passasse pela mesma coisa, pelo mesmo sofrimento.

Coisa de dois anos depois, uma ex-aluna da época da FASCS me contou que saíra do armário para a mãe dela. Ela já era adulta, e o único contato que tínhamos era em festas de amigos em comum. Nessa conversa que tivemos, ela relatou que a mãe ficara muito irritada, e que soltou a frase: “Foi a Tamirez, né? Ela que te ensinou isso”. Isso porque eu evitava falar da minha sexualidade na sala; sendo que o assunto só aconteceu quando a turma em que essa ex-aluna estudara trouxe a discussão, e abrimos espaço da aula para uma conversa.

heterossexualidade e que aquilo que foge disso ;e visto como um desvio.

⁹ As escolas particulares costumam oferecer cursos no contraturno para os estudantes. Atividades como teatro, música, dança, robótica, entre outras, são usadas para ampliar a formação do curso integral.

¹⁰ Desfem é um termo usado na comunidade LGBTQIAPN+ para designar mulheres sáficas, ou seja, que gostam de outras mulheres e que, por isso, não se encaixam nos padrões de feminilidade impostos pela sociedade.

Depois desses casos, fui tomando a posição de que não me escondo quem sou e, muito menos, minto se algum aluno ou aluna me pergunta sobre o assunto. Porém, eu mesma não entro na questão e a evito ao máximo na sala de aula, afinal, não é preciso muito para me culparem, caso algum/a aluno/a questione sua sexualidade, ou se assuma publicamente.

Em meu segundo ano na Unesp, comecei a estagiar no colégio Bandeirantes, junto ao Fundamental II e Ensino Médio, uma fase complicada nas vidas dos adolescentes e jovens, de muitas mudanças e descobertas. Em minha experiência como docente, esse é um momento em que muitos e muitas adolescentes saem do armário.

Guardo na memória as histórias mais engraçadas, sobre ser um corpo dissidente em sala de aula. Num dia de entrega de atividade, super corrido, os alunos e alunas estavam desesperados/as para finalizar o que faltava. Pediam ajuda, materiais, um caos. Então, uma das alunas me parou, e disse: “Professora, sabia que eu sou gay?”. Naquele momento de correria, vendo o trabalho do grupo em que ela estava super atrasada, só pude responder: - “Legal, mas não esquece que eu preciso que entregue esse trabalho hoje”.

Numa outra vez, estava numa sala onde sempre tinha que intervir nas interações entre duas meninas que discutiam, e uma terceira menina, parte integrante do grupo, que ficava irritada com essa situação. Sentei com elas, buscando entender o que estava acontecendo. Para quebrar o gelo, resolvi fazer uma piadinha: - “Vocês parecem até um casal discutindo, nessa intensidade”. Então, a amiga completou: - “Elas são ex, professora”. Isso gerou um desconforto no grupo, e para tentar aliviar o clima, soltei um - “Tá tudo bem meninas, eu também não sou hetero”. Elas ficaram mais confortáveis depois disso.

Entretanto, houve também momentos que não foram dos mais fáceis. Numa certa semana, as crianças da escola acharam meus perfis nas redes sociais, e com isso, acabaram vendo muitas coisas sobre minha vida pessoal. Nesse período, surgiram comentários maldosos sobre minha sexualidade ou com quem eu me relacionava. Por segurança, tive que bloquear os alunos e alunas em minhas redes sociais.

A última história que aconteceu nesse aspecto foi a que deu título a esse TCC. Num dia de aula, uma aluna ficou me olhando explicar a matéria, bem atentamente. Quando finalizei, ela veio para perto de mim e soltou, à queima roupa: “Professora, você é...” Então, deu uma pausa dramática, com receio de seguir sua pergunta. Eu disse que poderia completar a pergunta, já imaginando o que ela queria descobrir. Ela, então, continuou, repetindo a frase, então, com uma pausa menor: “Professora, você é gay?”. Eu respondi com um simples “sim”, e ela foi se sentar, para continuar acompanhando as atividades da aula.

Depois desse colégio, virei arte-educadora do CESA - Centro Educacional de Santo André, num grupo de faixa etária mais jovem, sendo os e as alunos/as mais velhos/as as crianças de dez anos. O grupo especulava muito sobre minha vida pessoal, e algumas até levantaram a bandeira de que eu, possivelmente (!) não seria heterossexual. Naquele espaço, no entanto, percebia uma quantidade grande de pessoas conservadoras; por isso, acabava preferindo mudar de assunto.

Em uma das minhas aulas, após cortar meus cabelos, uma das alunas me questionou porque eu havia feito um corte "de homem". Eu, pronta a militar, defendendo que um corte de cabelo não tinha nada a haver com gênero, fui surpreendida pelo complemento da aluna: - “Minha tia tem corte de homem; ela tem uma namorada”.

Estagiando na escola onde me formei como atriz, a FASCS, em 2024, eu me deparei com uma grande felicidade: uma turma cheia de adolescentes LGBTQIAPN+. Acabo me vendo na posição da professora não hétero, que acolhe, aconselha e que tem possibilidade de ajudar as pessoas a lidarem com problemas, em casa e na rua, sobre a alegria e dificuldade de, simplesmente, serem quem são.

4 Conclusão

Como foi visto neste trabalho, historicamente, a escola não é um espaço inclusivo aos corpos dissidentes. Ela vem operando por muito tempo como ferramenta de manutenção da vigência normativa.

A escola especializou-se como lugar de ensino sobre como as meninas devem se vestir e se portar. Como instituição, desempenha o papel normatizador sobre como as meninas devem constituir família e administrar a casa; enquanto cabe aos meninos aprender como se portar e vestir-se como homens, estudando para assumir a responsabilidade de sustentar suas famílias. Sempre focando no binarismo e nos papéis de gênero, segundo a heterossexualidade, essa escola tradicional não abre espaço para individualidades dissidentes, ou para “fugas” da regra.

No ambiente escolar, aqueles e aquelas que “saíam da linha” encontraram punições, reprovações e - no caso de pessoas LGBTQIAPN+ - franca hostilização e uma dose modelar de preconceito e violência. Assim, o espaço escolar pode ser um lugar assustador para muitas pessoas.

Quando essas pessoas tentam exigir direitos iguais, ou mesmo respeito, entram em choque com o conservadorismo, conforme traçado por Rogério Diniz Junqueira (2017), hoje, gestado e amplamente divulgado pelas Igrejas. As pessoas LGBTQIAPN+ são impedidas a serem elas mesmas, com o argumento de que seus direitos básicos são uma tentativa de “corromper” os e as jovens, implantando ideias promíscuas ou, como dizem, “ideologias”. Com seu poder, a instituição religiosa faz coro à escola, numa força política que consegue interferir em projetos de governo, como ocorreu com o “Escola Sem Homofobia”. Tudo isso, em prol de manter a moral e os costumes, coisa que entendemos como um tipo de poder, discutido por pensadores e pensadoras como Guacira Lopes Louro (1999), Judith Butler (2018)¹¹ e Michel Foucault (1975).

E é possível perceber pequenos retrocessos, uma vez que se a última edição da BNCC especifica uma educação sexual abordando orientações e gênero,

¹¹Recomenda-se também a leitura de “Quem tem medo do gênero” da Butler. Um livro que ela escreve após sua vinda no Brasil, onde é extremamente hostilizada pela direita conservadora, que “temia” sua pesquisa sobre gênero.

quando os parâmetros curriculares nacional de 1998, abrangia essa discussão, prevendo em seu corpo, a importância desse debate em escola, por ser um local onde são muito atravessados pela sexualidade. Como mostra o documentário “Se essa escola fosse minha”, onde estudantes e professores compartilham dos atravessamentos que encontram na escola, por serem corpos dissidentes. Porém, mesmo com isso, a pequenos passos, melhorias são perceptíveis. É possível ver que a escola que conhecemos pode ser outra. Uma das entrevistadas deste TCC, mesmo sendo uma mulher heterossexual, relata ter consciência de casos de homofobia. Sendo amiga de pessoas da comunidade, pode ser empática à experiência de outras pessoas, e por conta disso, sofreu também os preconceitos e ostracismos direcionados a eles. Como professora, reconhece que a aceitação e respeito de que desfruta é muito maior, mas que “piadas” e “brincadeiras” sexistas e homofóbicas não são mais bem vistas pelos/as próprios/as estudantes.

O Brasil, o país que mais mata pessoas trans no mundo (IG, 2024), ainda enfrenta muitos casos de LGBTfobia na escola. Entretanto, é acolhedor ver que a presença de uma geração de professores e professoras “dissidentes de gênero” lecionando, fazendo da instituição escolar um lugar diferente daquele em que se formaram.

É importante ressaltar que essas pequenas vitórias são advindas de muita luta. Mas, essa luta não pode ser feita sozinha, e cabe a toda a sociedade fazer as mudanças que permitam a multiplicidade de modos de existir. As entrevistas aqui realizadas mostram essa “falha” nesse compromisso coletivo, que as minorias parecem perceber com mais certeza: quando é necessário fazer intervenções ou debater gênero e sexualidade em sala de aula, a disponibilidade costuma vir primeiro dos e das docentes que são LGBTQIAPN+. E, apesar de se compreender que as licenciaturas perdem pontos, quando não preparam futuros/as docentes nesses temas, são as pessoas dessa comunidade que primeiro se prontificam a abordar gênero e sexualidade. Porém, sem a ajuda dos ditos aliados, sempre serão elas a defender e lutar por um espaço escolar mais respeitoso e inclusivo?

Esse trabalho indica o quanto ter professorias LGBTQIAPN+ assumidas na sala de aula é de suma importância, assim como de pessoas de diferentes etnias, procedências, idades, classes sociais, características físicas, raças, gêneros,

formações e etc. A (re)existência da comunidade LGBTQIAPN+ nesse espaço - em que, muitas vezes, foi o local onde quem teve os primeiros contatos com as opressões e preconceitos, traz acolhimento, inspiração e apoio para aquelas e aqueles que estão se descobrindo e entendendo quem são.

Se a presença desses e dessas educadores pode trazer o acolhimento e a segurança que, por vezes, os e as estudantes não encontram em casa ou na rua, a aceitação da diversidade e a discussão sobre gênero e sexualidade devem compromissos institucionais e governamental. A aceitação de si pode ser uma questão privada, entretanto, a proteção à pessoa e a garantia ao exercício da plena liberdade são atributos do Estado.

Referências

BRASIL. Constituição de 1934. **Constituição de 1934**. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional [1934]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.

BORGES, J; BUENO, J; DOMINGUES, C. ET AL. **Manual do Pesquisador**. Ministério do desenvolvimento e assistência social, família e combate à fome: Brasília, 2024. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_276.pdf. Acesso em 13 nov. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2018.

CÂMARA, R. **Conheça a origem do termo “sair do armário” e como ele ficou popular no Brasil**. CNN, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/conheca-a-origem-do-termo-sair-do-armario-e-como-ela-ficou-popular-no-brasil/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

CARDOSO, F.; MALAN, P.; SOUZA, P.; ET AL. **Lei de Criação da Bolsa Escola**. 2001. Brasília. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/100802/lei-de-criacao-da-bolsa-escola-lei-102-19-01>. Acesso em: 29 set. 2024.

CASER, K. Para além da disciplinaridade e da dicotomia de gênero? A contribuição da praxeologia de Pierre Bourdieu para estudos de gênero em arquitetura e urbanismo. **Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.**, Campinas (SP), v. 8, n. 1, p. 2-27, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642594>. Acesso em: 08 nov. 2024.

CASTRO, D. **LGBTfobia é uma das fortes causas do abandono escolar**. Estação Plural, TV Brasil, 2017. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/estacao-plural/2017/07/lgbtfobia-e-uma-das-fortes-causas-do-abandono-escolar>. Visto em: 01 out. 2024.

CEE - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Os marcos históricos no ensino público e na vida privada da mulher no Brasil.** Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/2023/03/07/os-marcos-historicos-no-ensino-e-na-vida-publica-da-mulher-no-brasil/#:~:text=1827%20%E2%80%93%20Durante%20muito%20tempo%20o,das%20masculinas%2C%20tinham%20caracter%C3%ADsticas%20diferentes>. Acesso em: 03 out. 2024.

COSTA, L; OLIVEIRA, T; OLIVEIRA, L. **Educação para negros no Brasil: Um contexto histórico.** Editora Realize: Paraíba, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA121_ID1757_23072021203739.pdf. Acesso em 16 out. 2024

DUTRA, L; SCHVEITZER, M; SILVA, C. Violência de gênero em estudos qualitativos: uma revisão narrativa. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 20, n. 49, p. 597-610, dez. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.** 42 Ed. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2014. p.133-167.

GUARDIA, W. **Vereadores cobram explicação sobre palestra trans em escola de São Caetano.** Diário do Grande ABC, São Caetano do Sul, 2024. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4172909/vereadores-cobram-explicacao-sobre-palestra-trans-em-escola-de-sao-caetano>. Acesso em: 30 out. 2024.

GOOGLE, INC. **Google Maps.** Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/wkSrvC7Fc7gmPJWw5> Acesso em: 20 out. 2024.

HAHNER, J. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, ed. 19, p.467-474, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JMnCZPDYwLMHfDMD94HfWyC/>. Acesso: 11 nov. 2024.

JUNIOR, José Carlos do Amaral. Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de economia doméstica no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 52, p. 275-285, set. 2013. Disponível em: [xxx]. Acesso em: 30 de out. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52; p. 219-232. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro_debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

LOURO, G.; WEEKS, J.; BRITZMAN, D.; et al. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MARTINS, J. **Gustavo Capanema e a Educação Brasileira**. Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31148/1/2022_JoaoVitorMotaMartins_tcc.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

MEC. **Base Nacional Curricular Comum - BNCC**, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versa_ofinal.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

MELO, J. **História da Educação**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. 2. ed. Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educacao%20C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbete Reforma Capanema. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/reforma-capanema/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SE ESSA ESCOLA FOSSE MINHA. **Se essa escola fosse minha**. YouTube, 2017. (00:02:54). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NHJMDuhruz8>. Acesso em 20 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conheça a história da educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros curriculares nacional**. MEC, Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em 11 de dezembro de 2024.

MORAES, P. Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela? **Revista online Politize!**, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MOTTA, P.; BARROS, N.; et al. **Autoetnografia**. Unicamp, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/xjr7WRWBffwSDMYQYhCZvFt/?lang=pt#>. Acesso em: 08 nov. 2024.

NUNES, W. Preconceito por orientação sexual e gênero nas escolas. **Jornal do Campus - Usp**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2015/07/preconceito-por-orientacao-sexual-e-genero-nas-escolas/>. Acesso em 13 nov. 2024.

O que é ser 'sáfica' e qual é a diferença para 'lésbica'?. Capricho, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/o-que-e-ser-safica-e-qual-e-a-diferenca-para-lesbica>. Acesso em 10 nov. 2024

PASSARINHO, N. **Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro**. G1, Brasília, 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>. Acesso em 20 ago 2024.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro: Palácio [1827] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio. Acesso em: 16 jul. 2024.

QUEER IG. **Brasil é o país que mais mata pessoas trans pelo 15º ano consecutivo**. IG, [S.l.], 2024. Disponível em:

<https://queer.ig.com.br/2024-01-08/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-pelo-15-ano-consecutivo.html>. Acesso em: 15 nov. 2024

QUEIROGA, L. **É #fake que PT distribuiu mamadeiras eróticas para crianças em creches pelo país**. G1, [S.l.], 2021, Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2021/10/28/e-fake-que-pt-distribuiu-mamadeiras-eroticas-para-criancas-em-creches-pelo-pais.ghtml>. Acesso em 08 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

SANTOS, B. **Normatividade, gênero e teoria psicanalítica: uma reflexão sobre a criação de palavras novas**. Paris, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/rwhvFwTvSyswxfHhGgNq9jm/?lang=pt#>. Acesso em: 08 nov. 2024.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.” Traduzido pela SOS: corpo e Cidadania. Recife, 1990. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 70, p. 319-334, dez. 2016. ISSN 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643822/15772>. Acesso em 09 jan. 2025.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Educação sexual não estimula a atividade sexual**. site do Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2023/08/educacao-sexual-nao-estimula-atividade-sexual>. Acesso em 13 nov. 2024.

SILVA, J; BRASIL, P; ROLA, S. Análise da arquitetura escolar pública: uma abordagem sob o olhar do usuário. **Revista Foco**, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1741/1172>. Acesso em 13 out. 2024.

STAMATTO, M. **Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910)**. p. 1-11. Portal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

TOKARNIA, M. Escolas são importantes no combate à LGBTfobia, defendem especialistas. **EBC**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/escolas-sao-importantes-no-combate-lgbtfobia-defendem-especialistas>. Acesso em 13 nov. de 2024

UNESCO. **UNESCO no Brasil promove o direito à educação em sexualidade e relações de gênero para celebrar o Dia Internacional da Mulher**. Unesco, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/unesco-no-brasil-promove-o-direito-educacao-em-sexualidade-e-relacoes-de-genero-para-celebrar-o-dia>. Acesso em 15 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dispõe nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro [1937]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

APÊNDICE A - Entrevistas

Foram entrevistados dois educadores LGBTQIAPN+ e três professoras hétero-cis. Suas identidades estão preservadas nesta análise, sendo identificados por nomes fictícios.

Diana:

1. Você é abertamente assumida no seu local de trabalho? Como é isso para você?

Então, quando entrei na escola, a alguns alunos me perguntavam se eu era casada e eu nunca escondi isso deles. Respondia que era casada e que era casada com uma mulher. E teve uma vez que veio um casal de psicólogos aí, pra falar com os alunos sobre homossexualismo¹², gêneros e afins, e eu tava nessa palestra e era no noturno, foi esse ano, e depois que ela terminou a palestra eu fui lá na frente e falei um pouco sobre e depois eu acabei me assumindo para quem não sabia que eu era casada com uma mulher e, alguns ficaram surpresos por não saber, e outros já sabiam por ter me perguntado, mas eu nunca escondi isso dele, até porque eu acho que, hoje em dia existe redes sociais, apesar de eu ter instagram profissional, eles acabam pedindo para seguir no pessoal. Eu não aceito aluno no pessoal, fiz o profissional justamente para isso, mas, já aceitei alguns alunos, então isso acaba espalhando para outras pessoas, mas sou aberta para falar para quem quiser, na escola, que sou casada com mulher.

Eu acho que (ser assumida) é libertador, porque antes de eu me assumir eu era bem receosa com isso, principalmente com minha família, de não conseguir, acho que era um bloqueio, acho que até para mim, antes de não conseguir aceitar que eu era assumida, que eu era homossexual, brigava até comigo mesma, depois que eu me aceitei, que eu acho que quem tem que se aceitar, somos nós, então a partir do momento em que a gente se aceita assim, o resto não importa mais, então assim, eu me assumi abertamente para família e pro mundo quando comecei a namorar a Ana e aí a gente resolveu se assumir que é uma palavra que eu acho bem clichê zona “se assumir”, se assumir o quê? Quando você é heterossexual você não precisa assumir nada, mas enfim, que eu contei para todo mundo foi quando comecei a namorar a Ana, que foi a pessoa que eu consegui fazer com que isso

¹² Estou mantendo a resposta como a pessoa deu, à pergunta.

fosse evoluindo ao decorrer do meu cotidiano: pra família, amigos, pra escola, para o trabalho, então foi aí que eu consegui abrir esse leque.

2. Você acha que sua sexualidade ou gênero teve algum impacto em sua carreira?

Olha, na carreira, talvez não, mas, um exemplo, eu já vi olhares de alguns professores para mim, quando descobriram que eu era casada com mulher, atualmente, às vezes postam alguma coisa nos grupos que tem a ver com homossexualidade, aí tem esse embate ainda, esses comentários que as vezes as pessoas nem percebem que são homofóbicas. E eles acabam fazendo, né? Mas eu acredito que pelo, fato de eu ser, homossexual e eu conseguir trazer muitos alunos para perto de mim, que são também e tem medo de falar com alguém, medo de sei lá, me pergunta assim: “Ah, professora, como que é? Como que foi quando você se assumiu? Você sofreu muito preconceito? Porque meu pai não aceita, porque minha mãe não aceita, e assim, o máximo que posso falar para eles é: Você se aceita? Se você se aceita, cara, o resto... Você é nova ainda, enfim, acho que não tem idade para você se descobrir homossexual, não é isso, mas no quesito, de por exemplo: “Ai, se eu falar pros meus pais eles vão me expulsar de casa” Porque ainda tem, né, esse preconceito ridículo dos pais, porque acho que quando você se assume, o que você menos quer é ser rejeitado pelos pais, que a gente já tem muito isso na rua. Se tem algo que a gente quer é ser abraçado por eles, e não ser rejeitada. Mas acho que 80% dos casos aí, a gente acaba sendo rejeitado pelos familiares, de formas diretas ou indiretamente, então a gente tem que ser nós por nós mesmos, então, é o conselho que dou para eles: Meu, cê se aceita? Então o resto, a gente vai saber lidar no seu dia a dia e vai pra cima, acho que não tem porque você ficar se escondendo disso.

3. Você sente um diferencial na vida dos alunos quando eles veem se abrir com você, ou quando se identificam com você?

Ah, eu sinto que eles tem um, tipo assim, uma certa abertura comigo, que não tem com outros professores, que eles já me falaram, e alguns alunos já falaram que depois que eles entenderam o processo, depois que eu falei com eles, eles ficaram menos com medo do que o mundo lá fora iria pensar sobre eles e os pais. E alguns deles, inclusive, até já saíram de casa, que tão no terceiro ano, moram sozinhos, alguns tem essa condição de fazer isso, outros não, mas eles mudaram

um pouco ou completamente, o jeito de pensar, em relação a não aceitação da família.

5. Já sofreu alguma hostilização em sala de aula, por parte de alunes?

Já, aconteceu um caso de uma menina achar que eu tava dando em cima dela, pelo fato de eu gostar de mulheres, acho que isso não é só na escola, as vezes, até na nossa própria amizade, de achar “ah, ela gosta de mulher, então ela vai dar em cima de mim” e eu falar “Cara, eu gosto de mulheres mas isso não quer dizer que eu goste de todas as mulheres, já teve casos de alunas não quererem vir me perguntar alguma coisa, já teve casos de amigas não quererem se trocar na minha frente, de sei lá, rejeitar algum tipo de abraço ou brincadeira, enfim.

Hoje em dia sou mais respaldada nisso, até porque acho que quando a gente, é se assume assim, acho que são consequências, mas acho que consequências idiotas, né, porque eu tenho um jeito de lidar com os alunos, hoje em dia eu tomo mais cautela, porque hoje em dia tudo que você faz, ou você tá ofendendo ou você tá dando em cima, ou você tá, é incitando algum tipo de situação, mas eu sou muito brincalhona, sou professora de educação física, então não tem como eu ser uma pessoa tão séria, então as vezes eu brinco, faço comentários com os meninos, assim como faço com as meninas, é o mesmo, sabe, tipo de zoar de falar “ah, tá namorando, né?” “ah, namorar não é agora” enfim, esse tipo de comentário, e às vezes, para alguns soa como um jeito, sei lá, então teve esse caso da menina achar, que ela já se formou, que pelo fato de eu brincar muito com ela, ela achar que em algum momento foi intencional, eu querer dar em cima dela, de um jeito que não era uma verdade. Ela espalhou para outras meninas, isso chegou até mim eu conversei com ela e falei “meu, acho que totalmente fora de cogitação, até porque eu sou uma pessoa casada, você é minha aluna, então assim, a partir de hoje, meu contato com você. é oi e tchau, se você acha isso, infelizmente, quem tá perdendo é você, porque assim como brinco com você, brinco com outras alunas, e, é uma pena que você ache isso de mim, né? Uma pena!” E aí, desde então ela se formou, a gente não teve mais contato, eu a tinha no instagram profissional e pessoal, eu exclui ela dos dois, e falei “meu, você lá, eu aqui e acabou”, não tem mais esse contato, entendeu?

6. Existe algum espaço de acolhimento em seu trabalho? Tanto para alunes quanto para você?

Felizmente, aqui na escola que dou aula a diretora também é homossexual, então assim, ela é super minha parceira, não tenho o que reclamar dela, sempre tanto na parte profissional, tanto na parte pessoal, ela sempre me acolheu muito, em relação a isso, aqui na escola a gente tem uma equipe gestora muito boa, em relação a homossexualismo, racismo, enfim, n preconceitos que acontecem na escola, eu sempre me senti bem a vontade, aqui, não vou falar para você que nossa! Teve uma situação que eu falei, não, muito pelo contrário, todos sempre me acolheram muito bem e pelo fato da Rê também ser, ela sempre foi muito minha parceira em relação a isso, a gente sempre conversa sobre, a gente zoa, comenta, enfim. A gente sempre leva isso muito leve porque, acho que se você pesar, no seu ambiente de trabalho, isso vai acabar pesando lá fora também. E não é porque eu sou casada, porque eu poderia ser uma pessoa solteira que gostasse de mulher, e tudo certo, entendeu, não é esse fator. “Ah, se você não fosse casada, mudaria?” Acho que não, porque eu já teria me assumido, né e, o fato dela também ser uma pessoa homossexual, e a gestão, nem todo mundo é, mas temos professores também aqui, que são homossexuais, então assim, acho que a escola em si abraça muito isso e não teve nenhuma situação que me senti desamparada.

Acontece (mesmo acolhimento pros alunos) eles sabem, a maioria que sabe sempre brinca comigo, “E aí Dai” os meninos, E aí Dai, quando você ficar solteira” sei lá quando, não sei o quê, sabe? Ai eu falo pra eles “vish meu, nem que eu ficasse solteira vocês sabe que não vai rolar” a gente brinca, a gente zoa, as vezes ensino médio, enfim, mas eles sempre me acolheram, sim, tipo, além de eu ser professora de educação física, que é o mais preferido dos alunos, eles sabendo dessa parte, se torna muito mais leve, as aulas, a gente brinca, eu tenho a liberdade de brincar com eles, assim como eu dou a liberdade deles brincarem comigo, então é uma troca, não é uma coisa de: Aí, cê tá pegando pesado com as brincadeiras, enfim, a gente sabe até aonde a gente pode chegar, então, não teve nenhum momento, só aquele que falei a situação, mas fora isso, sempre me acolheram muito super bem, nunca houve um xingamento diretamente, da minha parte homossexual de nenhum dos alunos.

7. Algum pai ou mãe já implicou com o fato de você ser homossexual?

Então, eu não sei se os pais sabem disso, porque como a escola quando tem os atendimentos, sobre comportamento, disciplinar na escola, geralmente é diretamente com a vice direção, então dificilmente chega para os professores, né, é

acredito que nenhum pai saiba desse fato, mas com certeza, pai sabe que na escola tem algum professor ou professora que é homossexual, impossível não ter hoje em dia, entendeu. Eu aparentemente, não pareço ser, porque, né, eles falam “nossa, menina de cabelo curtinho é sapatão, menino” entendeu, eles colocam estereótipo que não existe mais hoje em dia, meu cê pode ter cabelo curtinho e ser hétero, qual problema? Posso ter cabelo longo, usar blusinha de decote e ser sapatão, gostar de pegar mulher, então hoje em dia, não existe mais isso, mas tem os pais, mais antigos que coloca esse rótulo como se ainda existisse, mas que eu saiba nenhum pai sabe que tem professores, aqui na escola, e que eu sou uma delas que seja homossexual, então não tive nenhum tipo de contato com os pais em referência à isso.

8. Você acha, que ao longo dos anos, levando em consideração o período em que estava na escola como estudante, a situação dos LGBTQIAPN+ melhorou, ou piorou?

Melhorou. Porque quando eu estudava, cara eu não via nenhum, sei lá, casal homossexual se beijando ou seja lá, tipo andando, trocando ideia tipo “ah professora eu quero ficar com aquela menina, aí psor quero ficar com aquele menino” não tinha esse tipo de comentário. Existia? Muito, né não fazem tantos anos que me formei do ensino médio, fazem 13 anos, então assim, hoje em dia, é muito mais amplo você falar dessa situação, não que aí parou de ter a homofobia, não vai parar, não vai parar, só que hoje em dia, é muito mais amplo, tanto na escola quanto lá fora. Eu acho que é mais fácil você falar sobre esse tipo de assunto hoje em dia do que antigamente, você vê muito mais alunos se assumindo, né. Tem o fator modinha: “Ah tenho vontade de ficar com menina, pra ver como é, tenho vontade de ficar com menino pra ver como é” tem. Só que você vê que tem alunos que realmente são homossexuais e eles falam abertamente pra gente, para nós professores e pros amigos, eles não deixam nada escondido, de que ele gostaria de ficar com tal menino ou que ela gostaria de ficar com tal menina. E a gente vê pelos corredores isso acontecendo, então assim, na minha época não tinha, então se eu for comparar, na época em que eu estava no ensino médio pra agora, eu acho que é muito mais aberto, do que antigamente e isso conforta muito mais a gente, eu falo, pra você, que mesmo sendo aberto assim, eu ainda não ando de mão dada na rua, eu ando em lugares públicos que estejam com muita gente, tipo shopping, show,

Paulista, enfim lugares que sejam a nossa cara, Augusta... Mas na rua assim, vou na padaria com a Ana comprar pão, não. Não, evito porque já passei por situações e eu acho que a gente ainda é vulnerável a muita coisa, infelizmente, é uma situação chata? Pra caramba, queria super andar de mão dada e enfim, mas eu evito porque eu quero preservar a minha saúde e a minha vida, é mas é uma situação muito complicada, porque um hétero pode andar de mão dada, beijar no ponto e enfim, fazer o que faz e nós que somos homossexuais não podemos nem andar de mão dada, porque a gente tá sujeito a levar um cacete no meio da rua, um muro, uma paulada, um tiro, enfim, mas comparando ao tempo antigo, pra agora, eu não posso falar 100% porque nunca vai ser, não mudou 100%, mas eu acredito que uma boa parte mudou, e mudou para melhor. Graças a Deus.

Velma

1. Como é para você conviver com professores LGBTQIAPN+?

Que eu me recordo, o único professor, assim, é que foi aqui nessa escola, que é um professor nosso aqui, o... esqueci o nome dele. eu não tive convivência com outros professores que eu lembre pelo menos não declarados só aqui mesmo e é tranquilo sem questionamentos nenhum.

2. Você acha que existe alguma diferença de tratamento entre professores LGBTQIAPN+ e professores Hétero-cis?

Não, no estado eu não vejo essa diferença não. Eu não sinto, muito pelo contrário, eu acho que pode ter alguma coisa particular de algum professor. Mas no contexto geral eu não sinto isso. O estado eu acho nesse quesito mais acolhedor. É assim, você quer dar aula? Não interessa, se você é preto, se você é hétero, se você é gay, você quer dar aula, eu tenho aula, a sala é sua. Eu não percebo essa diferença não, de tratamento.

3. Houve, em algum momento em sua formação, tanto a formal, quanto não-formal, estudos sobre gênero e sexualidade? Você se sentiria apto a constituir discussões sobre isso em sala de aula?

Não. Às vezes, no projeto de vida mesmo, às vezes entra algum assunto, não falando necessariamente diretamente sobre isso, mas permeia ali. Eu acabo não entrando no assunto, eu falo, gente, a questão aqui não é essa, eu tento ficar isenta para não confundir a cabeça também dos alunos. Porque eu não tenho preparo para falar sobre isso em sala de aula, eu não me sinto preparada. Então

assim, não tem um tema diretamente ligado, que eu lembre em nenhuma das aulas. é muito assim, é questão de estatísticas: A questão Quantos negros, pardos estão, por exemplo, na faculdade? Quantas pessoas que você conhece que são heterossexuais, que têm formação? Então assim, são perguntas, não é um assunto que entra: “Vamos conversar sobre essa questão?” Não tem E eu também não me sinto confortável, eu tenho alunos LGBT, eu fiz um trabalho de painel de inspirações com o segundo ano e uma aluna fez o trabalho dela, e eu pedi, vem aqui, me fala sobre o seu trabalho: “O que você colocou aqui no seu painel?” Aí ela foi explicando essa referência é sobre o meu gosto para leitura, essa referência é sobre a minha orientação sexual, mas eu não a questioneei, “qual é a sua orientação sexual?” Ela se sentiu à vontade para falar o que ela colocou. E é isso, trabalho feito, trabalho entregue, beleza, vida que segue, eu não entro nessa questão com o aluno.

4. Na sua formação você teve algum professor assume LGBTQIAPN+?

Então, minha forma como foi EAD os meus tutores eu conhecia, tinha contato com eles mas, a faculdade, por ela ser católica, a Claritiana é uma faculdade católica, catolicíssima, inclusive. Eu acredito que nenhum daqueles meus tutores, pelo menos, nem tinha o porquê eles colocarem isso, né? Em algum momento, tá? Mas eu acho que não. Agora nem na educação formal. Eu não lembro, porque isso faz tanto tempo também. Tô tentando puxar aqui na memória. Mas eu acho que não também. Então, aí volta naquela questão talvez não assumido. Mas aí eu não tenho como te dizer

5. Mas você acha que é importante ter professores que são LGBTQIAPN+ na escola?

Assim pra formação de pessoa, eu acho que a questão é, assim, o que eu falo pros meus alunos é assim: Nós somos pessoas, independente de orientação, do que eu quero ser, eu acho que a gente tem que ser respeitado como pessoa. Não entra na sala um aluno, não entra na sala um professor, olha, vocês tem que me respeitar porque eu sou hétero. Ou vocês tem que me respeitar porque eu sou LGBT. Eu acho que não entra essa questão. Eu acho importante para eles terem referência até os alunos, porque hoje em dia a gente tem muito disso, dos alunos às vezes estarem com problemas psicológicos por questão de medo de assumir alguma coisa, mas não que o professor necessariamente precise se assumir eu penso assim até porque tem professor que a gente percebe pelo jeito dele, esse professor mesmo em quest ele veio de saia a escola alguns ficaram chocados outros

não, entenderam qual o problema de um homem usar saia e outros nossa mas o homem usando saia? Então, fica aquela situação assim, né? Eu não acho que isso interfere exatamente na aula ou com os alunos. Se tiver, tem, se não tiver, o respeito é igual para todo mundo, beleza?

6. Qual seria sua resposta ao ver um colega ou aluno sofrer LGBTfobia?

Eu não gostaria da falta de respeito, da falta de educação, é o que eu falo sempre em sala de aula “Todo mundo quer respeito. Se eu quero respeito, eu tenho que me respeitar”. Então assim, eu não admito, às vezes entre eles tem brincadeiras ofensivas que a gente fala “Ah, professora, mas ele é meu amigo”, “mas você xingou ele de preto” “mas ele é meu amigo, ah seu viado ah, mas ele é meu amigo”, “mas isso não se fala pro colega, porque você não sabe o que ele tá passando”, eu reforço muito assim, você não sabe da vida do outro, você não sabe o que ele está carregando, então evitem esse tipo de comentário, porque você não sabe o que gatilho que você pode ativar na pessoa. Ah, eu entendo que é brincadeira entre vocês eu entendo que vocês tem essa amizade, mas aqui na escola é um lugar onde vocês convivem muito tempo e vocês precisam se respeitar. É isso que eu falo pra eles. Eu deixo isso bem claro. Ah, o que o outro é, o que a outra é, o que deixou de ser, como é, isso não diz respeito a ninguém. Aqui nós somos pessoas e um precisa respeitar o espaço do outro. Deixo bem claro, assim.

Nicia

1. Como é para você conviver com professores LGBTQIAPN+?

Tranquilo, nada... Nenhuma novidade, normal.

2. Você acha que existe alguma diferença entre professores LGBTQIAPN+ e professores Hétero-cis?

Bom, eu acredito que deva ter sim, mas aonde eu trabalho, onde eu trabalhei, graças a Deus, nunca vi ninguém ser tratado de maneira diferente. Acho que também porque eu tenho a sorte de ter uma gestão que tem a cabeça mais aberta, mais atualizada. E eu acredito que se alguém aqui foi hostilizado ou algo parecido, vai ser chamado para tomar a bronca. Então, se tiver algum professor que queira hostilizar, ele vai ficar bem na dele.

3. Houve, em algum momento em sua formação, tanto a formal, quanto não-formal, estudos sobre gênero e sexualidade? Você se sentiria apto a constituir discussões sobre isso em sala de aula?

Não. Eu construo, inclusive. Eu sou professora de ciências e biologia e eu construo. Lembrei de uma coisa, uma aula de anatomia, o professor de anatomia, que era uma pessoa que não demonstrava ser preconceituosa, mas ele, conversando sobre o que é normal e o que não é normal, ele falou que a normalidade era o mais frequente e que uma coisa que não era normal era o transgêneros, os transexuais. E quando a pessoa se modificava de trocar o sexo, tomar o hormônio, ele chamava, dentro da anatomia, de monstruosidade. Então, os gays da sala ficou tudo horrorizado, mas ele explicou que essa era a nomenclatura correta da anatomia humana. Então, talvez eu como professora de anatomia pularia essa parte e seguiria o baile, mas só isso que me veio à mente mesmo.

4. Você já teve que lidar, então, quando você traz essas discussões como uma questão na sala de aula de transfobia, ou LGBTfobia de modo geral?

Não como professora Eu estudei na década de 90 e tive amigas gays e amigos. E apanhei muito da minha mãe porque a minha mãe se construiu uma mulher machista e preconceituosa e eu tinha uma amiga que era lésbica, hoje ela já é casada com uma outra amiga nossa e apanhei muito porque minha mãe não queria que eu andasse com ela eu tinha essa vergonha e ela era da escola, então muitas vezes eu tive que proteger ela de outros colegas. Enfim, como aluna já presenciei muito.

5. Qual seria sua resposta ao ver um colega ou aluno sofre LGBTfobia?

A minha reação seria na hora parar o que está acontecendo, trazer para a direção para uma orientação e se possível ficar junto. De qualquer maneira eu não ia continuar. Assim que eu visse, se eu chegasse a ver, parou na hora.

6. Como você falou que teve essa situação, na época que você estava na escola, você acha, pelas suas observações, que melhorou um pouco a situação para as pessoas LGBTQIA+, na escola?

Com certeza melhorou. Nossa, não vou falar 100% porque não é 100%, mas 80% para 90% com certeza melhorou, porque eles não se mostravam, eles não tinham coragem de se mostrar. Nem na rua, quanto mais dentro da escola. Não tinham amigos homens porque os meninos se percebiam alguma feminilidade se afastavam porque se andasse com o viado ia ser viado também. E se a pessoa insistisse em uma amizade acabava apanhando. Então, normalmente, eles não tinham liberdade nenhuma para se mostrar. Os que tinham mais coragem de se mostrar, apanhavam, sofriam, eles enfrentavam, às vezes, quando era acolhida em

casa, eles queriam se mostrar na rua e sofriam muito na rua. E, meu, a escola melhorou muito. Eles são, nossa, o acolhimento é outro. Essa geração é fantástica. Perto da geração dos anos 90, falo para eles, eles, vocês são ótimos, pelo amor de Deus. Porque eles são, os gays são acolhidos. Eles têm amigos homens, eles se abraçam sem preconceito, sem medo de julgamento, sem medo do que o outro vai falar, ah, tá abraçando, Não, é tranquilo. É um caso aqui e outro lá que acontece, por isso não é 100%. Eu tô nessa escola desde 2016, eu vi um caso de chegar a ter briga e tal. Mas do restante, eles mesmos se protegem. É um ou outro que se acontece alguma coisa o outro fala, ah, para de ser dessa e tal. Então, quem vai provocar algum desconforto, ele tem que se guardar, porque senão ele é ofendido.

Antunes

1. Você é abertamente assumido no seu local de trabalho? Como é isso para você? E como é isso pra você?

Pra mim é bem tranquilo. Apesar de muitas vezes terem olhares estranhos, né? Como tem alguns professores, às vezes, eu venho de saia, tem alguns professores que olham estranho com um olhar de julgamento, mas eu não dou importância, porque se ele quer olhar, ele deve ter gostado e tem medo de usar, né? E aí com os alunos, geralmente é super tranquilo. Os alunos brincam, conversam. Eu ando pelos corredores, os alunos ficam, “ah, o divo passando”. Os alunos adoram ver diferente, porque toda hora eu tô com o cabelo de uma cor também, pintando. Então, nessa parte é super tranquilo.

2. Você acha que sua sexualidade ou gênero teve algum impacto em sua carreira?

Não, não, nenhum, não consigo ver algo que tenha impactado de forma... Talvez, se for ver pelo lado positivo, porque quando a gente se assume LGBT numa sala de aula, muitas vezes alunos vêm nos procurar para falar sobre. Não tem com quem falar, então eles procuram a gente para ter esse diálogo, para entender muitas vezes. O que é, o que ele está sentindo, o que eles estão passando, então, talvez sim, impacta mais nesse lado de talvez conseguir compreender melhor os alunos.

3. Qual a recepção que você costuma ter dos alunos hetero-cis? E dos LGBTQIAPN+?

Não, geralmente é bem tranquilo. Até porque eu sempre deixo bem claro. E sou aberto, se ele quiser falar sobre alguma coisa que ele tenha, talvez, dificuldade

em entender. Então, mas nunca tive nenhum problema de preconceito com um aluno, não. Pelo contrário.

4. Algum colega, não precisa ser aqui, qualquer lugar que você já trabalhou, já se ofendeu de alguma forma por ser LGBTQIA+,?

Sim. Então, com palavras também, né? Talvez usar um exemplo mais direto. Uma determinada época do ano, falando sobre política com um professor, e aí ele falou que não votava em determinados candidatos porque apoiava essas coisas de viadagem. E aí eu falei pra ele, professor, você está completamente errado. Você precisa entender as coisas pra entender. Primeiro que você está usando o termo errado, não se usa viadagem, você tem que saber as palavras que você vai utilizar. E esse mesmo professor, em uma outra oportunidade, que eu estava de saia na escola, cabelo rosa, ele passa por mim e fica me encarando, olhando com um olhar de desprezo, não sei. Aí até que eu virei para ele e falei, você está com algum problema? Você quer uma saia igual para você. A ele virou e saiu andando. E um professor que a gente já tem um conhecimento dele que ele é bem da extrema direita, daquele candidato lá que não pode se candidatar mais, né?

5. Existe algum espaço de acolhimento em seu trabalho?

Espaço declarado e determinado não. Vão ter pessoas que a gente sabe que a gente pode chegar e conversar sobre, mas aquela coisa, ah, temos este lugar, este momento essa é a pessoa que pode acolher isso infelizmente no estado de São Paulo é uma coisa que não tem, tanto pra qualquer caso de preconceito, racismo até o bullying que o estado fala tanto, não tem uma tratativa mais direta é só meio, vamos passar o pano e, casos de depressão de aluno ansiedade é tudo muito, ah, fica aí e respira, que você vai voltar sozinho. Não tem aquele lugar, aquela pessoa que vai te trazer um acolhimento. Mas algumas pessoas pontuais, talvez a gente consiga ter. Não em todas as escolas, mas em algumas a gente consegue ter.

6. E você acha que os alunos Têm esse tipo de acolhimento Aqui?

Não também, mesma coisa, tem você vai falar, fala com um, fala com outro, fica sentado a espera passar. Daqui a pouco passa, então a gente vai ver o que dá pra fazer, vamos conversar mais efetivo não tem.

7. Você acha, que ao longo dos anos, levando em consideração o período em que estava na escola como alune, a situação dos LGBTQIAPN+ melhorou, ou piorou?

Com certeza melhorou, porque eu me formei no ensino médio em 2000, faz um tempinho. Então, antigamente, na época que eu estudava, era muito difícil alguma criança se assumir, algum adolescente assumir a sua sexualidade. E quando assumia, era bem hostilizado pelos outros, muitas vezes com casos de agressão física. E hoje, eu consigo ver que os alunos são bem mais abertos a isso. E os outros conseguem aceitar melhor. Apesar de sempre ter um ou outro que vai olhar ruim, não vai aceitar, vai querer não entender. Mas a grande maioria em si hoje já compreende, já acolhe, já não tem mais o tratamento ofensivo do que existia um tempo atrás. Então, precisa melhorar muito, com certeza, uma coisa que precisa sempre melhorar, mas teve sim uma evolução de quando eu saí do ensino médio para cá.

Darla

1. Como é para você conviver com professores LGBQIAPN+? Tem alguma diferença?

Não tem diferença nenhuma, gente. Todo mundo é gente, tudo igual, não tem diferença. Vai ter diferença onde? Não tem diferença nenhuma.

2. Você acha que existe alguma diferença, de tratamento entre professores LGBTQIAPN+ e professores hétero-cis?

Eu acho que não. O que eu acho interessante é que os alunos estão se declarando também. Principalmente as meninas. Os meninos já não. Tanto é que quando eu trabalhava no Oscar, as meninas achavam a professora... Quando eu falei que era hétero, elas falavam assim... “A senhora é hétero?” Eu não era professora, né? Porque eu lidava muito bem com elas. Eu conversava muito com elas, né? E elas se identificavam comigo. Eu falava assim... Eu sou, por quê? Eu sou. Eu sou. Mas assim, eu assim, dentro da sala de aula, entram mais as questões raciais, porque essas questões do LGBTQ+, então eu pelo menos não senti alguma coisa deles. É lógico, tem uns moleques aí que são meio bobos, mas eles não falam sobre o professor, eles não falam sobre as outras pessoas, falam sobre eles, aquelas brincadeiras bobas. Mas com eles, com o professor, eu nunca senti nada.

3. Houve, em algum momento em sua formação, tanto a formal, quanto não-formal, estudos sobre gênero e sexualidade? Você se sentiria apto a constituir discussões sobre isso em sala de aula?

Na faculdade de arte, sim. Teve uma matéria que falou sobre isso. Eu não lembro qual que foi. Eu acabei lendo um texto.... E eu também não lembro qual foi a disciplina, não sei se foi direitos humanos, mas tinha algum texto que falou sobre isso. Que a gente tem tanta paz na questão de direitos humanos, como sobre a cultura, a cultura brasileira, as matrizes indígenas, que trazem todas essas questões, todas essas diversidades.

Mas, assim, eu acho que tem que ter mesmo, eu acho que existe um conservadorismo muito grande na sociedade, tem que acabar e tem que vir da base, tem que vir dos pequenos, para eles terem o entendimento que todo mundo é “igual”, deveria ser igual perante a sociedade. E temos, acompanhado as questões ainda das pessoas que estão vivendo, sei lá que ano, que década, sei lá, século ainda. Mas eu acho muito necessário.

4. E você acha que essa formação é o suficiente para você se sentir apta a se precisar se dar uma aula ou trazer essa discussão em sala de aula?

Não. Eu acho que não. Que pouco eu tenho de conhecimento também, é por conta dos meus amigos. É a área que eu sempre trabalhei. Tem os meus amigos. Mas, no geral, eu acho que ainda falta ter uma conversa, falta alguma coisa, um ciclo de palestras, falta alguma coisa. Eu acho que até na escola falta um pouco ter ciclo de palestras, com relação a todos esses assuntos.

5. Se você visse um colega sofrer, ou aluno, sofrer LGBTfobia, como você reagiria a isso?

Eu paro a aula, né? Eu pararia a aula, qualquer coisa. Principalmente quando começa a falar sobre as minhas questões, eu pararia a aula. E já comecei a fazer o discurso básico. Então, eu pararia a aula.

6. Você acha que foi um diferencial ter estudado na faculdade diversidade, gênero, cultural?

Então, mas o que eu sigo essas questões já faz muito tempo. Principalmente nas artes, a gente tem muitas exposições. aquela exposição aqui, que foi aquele buchicho todo, já veio do sul, o problema. Depois quando veio pro MASP, aquelas questões todas, gente que nunca foi ao museu, tava lá protestando contra a exposição, né? Então assim, eu acho que ainda falta muito, né? De se conversar mesmo, né? Então todo o meu conhecimento, como eu falei, não vem muito da faculdade, vem de outros campos, de outras áreas, de outras pessoas e várias amizades que eu tenho, né? Então...

Comentário de Nícia: Eu não falei para você, eu tive aula de direitos humanos, a Adriana falou e eu lembrei, mas foi tudo muito superficial, foi um contexto teórico mesmo, entrar em cada assunto, foi assim, é porque agora é obrigatório, né, direitos humanos na grade, então assim, o que é direitos humanos, o que atinge, o ou não, não teve muito aprofundamento de nenhuma das situações, nem racismo, nem essa questão da homossexualidade.

Darla: Mas eu acho também que dentro da faculdade, eu acho que até os próprios professores têm dificuldade de falar. Na realidade, eu acho que até dentro da própria escola existe esse problema de falar toda a questão do LGBT, a questão racial. Nós temos problemas que por mais que os professores estão estudando eles não estão sabendo falar sobre esses assuntos dentro da sala de aula. Então, se acontece alguma coisa, algum fato fica daquele jeito mesmo foi acabou não discutido o assunto. E o professor também não tem esclarecimento para isso. Não tem o conteúdo, eu acho, suficiente para isso. Mas são falhas da sociedade, são falhas das próprias faculdades também, que nem você falou, foi superficial também, que foi superficial. De alguns professores também, que nem nas questões raciais, nós temos a questão afro hoje em dia nas matrizes, né? É arte, história e português que vem o assunto na pauta, dentro da lei? Então, mas... A questão é que alguns professores estão falando porque tem que falar. Só por conta disso. Que é obrigado. Muitos até nem concordam que está escrito lá. Eu que nem, eu dou as minhas aulas de matrizes para os oitavos anos, é lógico que eu trago outros contextos. Trago sempre outras realidades também, mas não tem limite para entender, tem muito mais por baixo daquilo que simplesmente você está falando sobre, ah, você está falando sobre o teatro, mas não é só isso, tem outras questões, tanto é que eu trouxe sobre o teatro experimental negro, no oitavo ano, que não está no contexto, porque eu achei o contexto superficial dos slides, eu trouxe também e trouxe outras pautas, além da importância do porque aquele teatro existiu, as falas ali contidas.

Comentário de Nícia: É como uma coisa obrigatória Agora, você ter esse contexto Mas não prepara a gente Ninguém está preparado É para praticamente ler o que está lá Não é para discutir, é para ler o que está lá.

ANEXO A - Autorização uso de nome da escola

ESCOLA ESTADUAL
PROFESSOR
JORGE RAHME

DIRETORIA
DE ENSINO REGIÃO
SÃO BERNARDO DO CAMPO

Secretaria da
Educação



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

São Bernardo do Campo, 14 de janeiro de 2025.

Autorização

Eu Cristiane K. Lima V. Fagundes, CPF _____, vice diretora da Escola Estadual Professor Jorge Rahme, autorizo usar as fotos e o nome da escola no TCC - Trabalho de Conclusão de Curso : " Professora você é (pausa dramática) gay?" . A importância de professorias LGBTQIAPN+ na sala de aula de Tamirez Volponi Gouvêa.

Sem mais,

Cristiane Kelly Lima
Velga Fagundes
RG: _____
Vice Diretor